

CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Vanessa Becker de Lima

**A COOPERAÇÃO NAS UNIVERSIDADES DO CONSÓRCIO DAS
UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS GAÚCHAS VISANDO A
INTERNACIONALIZAÇÃO INSTITUCIONAL**

Santa Cruz do Sul

2013

Vanessa Becker de Lima

**A COOPERAÇÃO NAS UNIVERSIDADES DO CONSÓRCIO DAS
UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS GAÚCHAS VISANDO A
INTERNACIONALIZAÇÃO INSTITUCIONAL**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade de Santa Cruz do Sul, para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Professora Cristiana Verônica Mueller.

Santa Cruz do Sul

2013

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo a abordagem da utilização da cooperação interuniversitária visando à internacionalização institucional. A compreensão holística desse tema parte da premissa de que a cooperação é um elemento fundamental ao incremento da internacionalização, bem como ao desenvolvimento da comunidade na qual as Instituições de ensino superior de caráter comunitário estão inseridas. Nessa perspectiva é adotado o modelo teórico que permite a compreensão e avaliação sobre cooperação no ambiente educacional. Diante disso, a presente pesquisa adotou como objeto de estudo quatro instituições comunitárias do Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (COMUNG) criadas na década de 1960, sendo elas a Universidade Feevale, a Universidade de Caxias do Sul, o Centro Universitário Univates e a Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Assim, a contextualização do tema mantém como base a apresentação das instituições aqui pesquisadas e analisadas sob a perspectiva da cooperação para internacionalização com a compreensão prévia da atual estrutura do ensino superior no Brasil. Constatou-se, a partir do levantamento de dados nas instituições pesquisadas, que a participação do Consórcio ainda não tem favorecido a promoção da sua inserção internacional.

Palavras-chave: cooperação; instituição comunitária; internacionalização.

ABSTRACT

The present study aims to understand the approach used in interuniversity cooperation for institutional internationalization. A holistic understanding about this topic assumes that cooperation is a key element to increase internationalization, as well as the development of the community in which the communitarian institutions of higher education are inserted. On this perspective, it was adopted a theoretical model that allows the understanding and evaluation of cooperation in the educational environment. Therefore, the present research adopted as the object of this study four communitarian institutions which are members of the Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (COMUNG) and were created in the 1960s. The four institutions are the Universidade Feevale, Universidade de Caxias do Sul, Centro Universitário Univates and Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Thus, the contextualization from this theme shows the presentation of the four institutions and the analysis from the perspective of international cooperation with the prior understanding of the current structure of higher education in Brazil. It was found that the participation of the consortium (COMUNG) has not privileged the promotion of its international insertion.

Keywords: cooperation; community institution; internationalization.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---------|---|
| AAII | Assessoria para Assuntos Interinstitucionais e Internacionais |
| ABESC | Associação Brasileira das Escolas Superiores Católicas |
| ABRUC | Associação Brasileira das Universidades Comunitárias |
| ACAFE | Associação Catarinense das Fundações Educacionais |
| ARID | Assessoria de Relações Internacionais e Desenvolvimento |
| ARINT | Assessoria de Relações Interinstitucionais e Internacionais |
| ASPEUR | Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo |
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CEBAS | Entidade Beneficente de Assistência Social |
| CECA | Comunidade Econômica do Carvão e do Aço |
| CEP | Centro de Educação Profissional |
| CNPq | Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico |
| COMUNG | Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas |
| CsF | Ciência sem Fronteiras |
| DRI | Diretoria de Relações Internacionais |
| Enade | Exame Nacional de Desempenho de Estudantes |
| FEEVALE | Universidade Feevale |
| FOREXT | Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias |
| Fuvates | Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social |
| IES | Instituições de Ensino Superior |
| MCTI | Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação |
| MEC | Ministério da Educação |
| MRE | Ministério das Relações Exteriores |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PAC | Projeto de Ações Comunitárias |
| PAIUNG | Programa de Avaliação Institucional das Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul |
| PDE | Pós-Doutorado no Exterior |
| PDI | Plano de Desenvolvimento Institucional |
| PL | Projeto de Lei |

| | |
|----------|---|
| SESu | Secretaria de Educação Superior |
| Sinaes | Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior |
| SWE | Doutorado sanduíche no exterior |
| TecSerra | Parque Científico e Tecnológico da Serra do Rio Grande do Sul |
| UCS | Universidade de Caxias do Sul |
| UFRJ | Universidade Federal do Rio de Janeiro |
| UNB | Universidade Nacional de Brasília |
| UNISINOS | Universidade do Vale do Rio dos Sinos |
| UNIVATES | Centro Universitário Univates |

SUMÁRIO

| | | |
|-----|---|----|
| 1 | APRESENTAÇÃO..... | 7 |
| 2 | COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E UNIVERSITÁRIA..... | 13 |
| 2.1 | A cooperação no sistema internacional | 13 |
| 2.2 | A cooperação nas relações internacionais através das instituições | 16 |
| 2.3 | Cooperação universitária..... | 17 |
| 2.4 | Cooperação e internacionalização | 21 |
| 3 | ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO E O MODELO COMUNITÁRIO | 27 |
| 3.1 | Breve histórico do ensino superior brasileiro..... | 27 |
| 3.2 | A estrutura do ensino superior brasileiro | 29 |
| 3.3 | O modelo de instituições de ensino superior comunitárias..... | 31 |
| 4 | O COMUNG E AS INSTITUIÇÕES PESQUISADAS..... | 34 |
| 4.1 | O COMUNG | 34 |
| 4.2 | A Universidade Feevale | 37 |
| 4.3 | A Universidade de Caxias do Sul | 39 |
| 4.4 | O Centro Universitário Univates | 41 |
| 4.5 | A Universidade do Vale do Rio dos Sinos | 42 |
| 5 | APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS..... | 44 |
| 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 54 |
| | REFERÊNCIAS | 57 |
| | APÊNDICE A | 60 |
| | APÊNDICE B | 61 |
| | APÊNDICE C | 63 |
| | APÊNDICE D..... | 64 |

1 APRESENTAÇÃO

A cooperação visando o desenvolvimento econômico e político de uma nação é utilizada internacionalmente há muitos séculos, desde o surgimento dos primeiros mercados nas sociedades, onde o comércio de troca de mercadorias se tornou um hábito entre as nações e populações. Em vista disso, o ato de cooperar passou a fazer parte do cotidiano de várias sociedades como meio de auxílio para obter maior variedade de mercadorias e como um sistema de câmbio de produtos, favorecendo ambas as partes envolvidas nessa atividade. Dessa forma, este método pode ser considerado um importante aliado aos países na construção de sua economia e política externa, assim como às instituições universitárias para promover ações culturais e educativas em prol do seu aprimoramento acadêmico e científico.

O ato de cooperar tem sido um importante instrumento para a construção conjunta de organizações similares que interagem em mesmo ambiente. No campo da pesquisa, a cooperação vem sendo utilizada como ferramenta na busca pela qualidade de ensino. Assim, as Instituições de Ensino Superior (IES) também utilizam a cooperação internacional e interinstitucional no intuito do aprimoramento do ensino superior, proporcionando aos alunos uma melhor formação por meio da interação. O resultado dessa utilização pode ser considerado positivo se for avaliada a inserção do conhecimento, de novas tecnologias e de recursos específicos¹ para o incremento econômico de instituições e de uma região. Além disso, no âmbito internacional da educação superior, a cooperação pode ser formalizada através de acordos bilaterais e multilaterais que proporcionam, entre outros, a mobilidade de estudantes, professores e pesquisadores, a prática da pesquisa conjunta e a construção do conhecimento científico além de outros resultados que transcendem a esfera local.

Entre as IES, a criação de associações, consórcios e grupos de universidades que compartilham de interesses comuns, seja no desenvolvimento do ensino, da pesquisa da extensão e, mais recentemente da internacionalização, têm sido desenvolvidas por meio da atuação cooperada. Dessa forma, surge no Rio Grande do Sul, o Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (COMUNG), que foi

¹ Os recursos específicos referem-se aqui às carências particulares de uma região, como recursos financeiros, culturais, de logística, mão de obra, melhorias sociais, entre outros.

criado em 1996 e atualmente é integrado por quinze instituições de ensino superior². Entre os objetivos desse consórcio estão promover ações conjuntas para a otimização das relações entre as IES e a sociedade; assegurar maior força na defesa dos interesses educacionais; e viabilizar a realização de eventos que respondam ao interesse do ensino superior e da pesquisa e a busca pela oferta de apoio às universidades consorciadas para alcançar uma maior representatividade perante organismos financiadores internacionais, oportunizando a realização de convênios, acordos, protocolos com instituições e órgãos governamentais e privados internacionais (COMUNG, 2013). Este último objetivo é objeto pertinente à internacionalização e a esta pesquisa.

Tendo em vista que a internacionalização do ensino superior é um processo que está diretamente vinculado ao atual cenário globalizado, as IES têm tido o desafio da preparação dos estudantes com capacidade de atuação no mundo interligado e interdependente. Assim, a internacionalização institucional passa a ser considerada um processo fundamental para a construção dessas novas capacidades institucionais, afim de potencializar a oferta do ensino e de formação frente às demandas locais e globais, além de ter a importante função de integrar culturas e pessoas internacionalmente. É com base nesse processo que as universidades têm buscado internacionalizar-se e, igualmente, têm feito uso da cooperação interinstitucional como uma forma de efetivar seus ideais, de integrar nações, culturas e populações por meio da formação.

Em nível mundial, muitas universidades já utilizam as ações cooperadas para a qualificação institucional e a internacionalização, como é o caso de instituições europeias. No entanto, nas IES brasileiras esse é um processo em construção e carece de estudos focados para identificar e compreender como tem se dado tal fenômeno na busca da qualidade do ensino e na interação internacional. Da mesma forma, se percebe a crescente presença desse tema em debates internacionais relacionados ao ensino superior, assim como a constatação da relevância desse processo nas relações internacionais e na formação dos novos profissionais.

² As instituições pertencentes ao COMUNG são: Universidade Feevale, Centro Universitário Metodista IPA, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Centro Universitário Franciscano, Centro Universitário La Salle, Universidade Católica de Pelotas, Universidade de Caxias do Sul, Universidade Cruz Alta, Universidade Regional do Noroeste do Estado Rio Grande do Sul, Universidade de Santa Cruz do Sul, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Centro Universitário Univates, Universidade de Passo Fundo, Universidade da Região da Campanha e Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Da mesma forma as IES estão dispostas no capítulo 4 no item 4.1 do estudo.

Para tanto, as universidades comunitárias como instituições sociais e comprometidas com a sociedade na qual estão inseridas, têm a necessidade de gerar conhecimento capaz de promover o desenvolvimento local além das demandas profissionais capacitados para a atuação global. Entende-se que a construção deste discernimento pode ser intensificada com a cooperação internacional, proporcionando desenvolvimento e qualidade às ações a serem compartilhadas com a comunidade local, colaborando com o seu crescimento e desenvolvimento científico e socioeconômico em esfera local e global.

Tendo por base essas considerações, surge o problema de pesquisa deste estudo: como a cooperação universitária para o desenvolvimento é utilizada nas universidades participantes do COMUNG, que foram criadas na década de 1960, para a internacionalização institucional em nível de graduação? A partir desse problema de pesquisa, este estudo teve como objetivo entender como as IES participantes do COMUNG utilizam a cooperação universitária como ferramenta no processo de desenvolvimento da internacionalização institucional em nível de graduação. Para tanto, selecionaram-se as universidades criadas na década de 1960³ e que atualmente ainda integram o COMUNG, para que assim, a análise final dos dados não sofresse nenhum prejuízo tendo como base a relação de tempo de inserção e atuação destas instituições na comunidade. Para tanto, a presente pesquisa tem como objeto de estudo as seguintes instituições: Universidade de Caxias do Sul (UCS); Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS); Universidade Feevale (Feevale) e Centro Universitário Univates (UNIVATES). Durante a pesquisa, se buscou identificar as formas de cooperação utilizadas nas instituições estudadas e seus distintos dados de internacionalização, como também averiguar se a existência do consórcio entre as universidades auxilia no desenvolvimento do processo de internacionalização institucional.

O enfoque teórico priorizou o conceito de cooperação interuniversitária, uma vez que se pode, através de ações cooperadas, buscar a internacionalização institucional. Do mesmo modo, o ato de cooperar entre as instituições de ensino superior pode promover o desenvolvimento institucional e o desenvolvimento da região onde a IES está inserida, papel das instituições comunitárias. Dessa forma,

³ Com a exceção da Universidade de Santa Cruz do Sul. Esta universidade foi instituída em 1962, porém, uma vez que a autora desta pesquisa trabalha na Assessoria para Assuntos Internacionais e Interinstitucionais desta instituição, decidiu-se não utilizar a referida IES como objeto de estudo. Dessa forma, evita-se o risco de haver má interpretação dos dados por endogenia de pesquisa.

se podem vincular diretamente os conceitos de cooperação universitária visando à internacionalização institucional, bem como focar no desenvolvimento da instituição e de sua região. O desenvolvimento e a internacionalização institucional podem se dar tanto através de cooperação internacional quanto de cooperação nacional e/ou regional. Logo, utilizaram-se como base teórica os propostos de Sebastián (2004), que consideram a cooperação universitária como ferramenta de contribuição para o desenvolvimento do processo de internacionalização, uma vez que “a cooperação internacional está no centro das estratégias e dos processos de internacionalização das universidades”⁴ (SEBASTIÁN, 2004, p. 18). A base da pesquisa considerou ainda que os resultados obtidos através do ato de cooperar podem diferir de acordo com a realidade de cada instituição de ensino superior.

Outro objetivo ao qual o presente estudo se propôs verificar, inerente à prática da cooperação interuniversitária, está relacionado à efetividade do proposto pelo referido consórcio relativo ao ingresso das IES no COMUNG. Através da busca por respostas a esses questionamentos, foram analisados os objetivos de cada instituição abordada em relação ao seu processo de internacionalização através das ações cooperadas.

Visto que no Brasil a cooperação entre instituições de ensino superior focada na busca pela inserção internacional da instituição é um processo ainda em desenvolvimento, e que necessita da elaboração de estratégias específicas para o seu fortalecimento, este tema também é recente nos estudos nas áreas de Relações Internacionais. A complexidade do tema e a falta de uma estrutura pré-definida para ser incorporada pelas universidades faz com que cada instituição atue de forma diferente, possuindo assim, distintas realidades em um mesmo cenário globalizado. Por isso, o presente trabalho foi elaborado de acordo com a metodologia do estudo de caso, pois, este método é recomendado quando a pesquisa enfoca um fenômeno contemporâneo, tendo o pesquisador pouco controle sobre os eventos estudados. Além disso, o método também é referência quando se busca entender *como* determinado evento ocorre (YIN, 2010). Esse método de estudo permite ao pesquisador reter as características holísticas e significativas dos eventos da vida real, tal como o comportamento de uma população, desempenho escolar, as relações internacionais e os ciclos individuais de vida. A pesquisa é de natureza

⁴ Tradução livre.

descritiva e explanatória, relacionando a coleta de dados através da pesquisa em artigos científicos, relatórios e documentos administrativos dos objetos de estudo, notícias e seminários dispostos na mídia, registros em arquivos eletrônicos, cartas de conferências internacionais, bem como, pesquisa em obras teóricas relacionadas ao tema. Na busca por dados empíricos sobre as IES pesquisadas, foram elaborados questionários de acordo com o Guia de Avaliação da Cooperação Internacional das Universidades (Apêndice A), em conformidade com o proposto por Sebastián (2004). Esses questionários foram aplicados aos gestores dos setores responsáveis pelas Relações Internacionais das instituições estudadas buscando identificar os elementos essenciais que tratam da cooperação e da internacionalização nestas IES.

Este estudo está organizado em cinco capítulos principais que contemplam neste primeiro capítulo a apresentação do entendimento holístico do termo cooperação e sua relação com Universidades. O Capítulo 2 aborda o conceito de cooperação, bem como sua utilização e importância no sistema internacional e no âmbito da educação superior. Além disso, apresenta as instituições internacionais como importantes atores no contexto internacional atual e relaciona o processo de internacionalização das universidades às ações cooperadas. No Capítulo 3 são apresentadas informações do desenvolvimento histórico e estrutura do ensino superior brasileiro e o papel das universidades comunitárias na sociedade, enfatizando seu comprometimento com o desenvolvimento da comunidade. O Capítulo 4 é dedicado à apresentação do COMUNG e das Universidades pesquisadas como forma de abordagem direta do objeto de estudo e de dados atuais para a etapa seguinte de análise das ações existente com vistas à cooperação universitária. No Capítulo 5 é realizada a análise dos dados de acordo com o proposto teórico de Sebastián (2004), buscando “[...] analisar o papel e a contribuição da cooperação para o processo de internacionalização”⁵ (SEBASTIÁN, 2004, p. 12). A decisão do enfoque teórico se deu através de sua notória importância em debates atuais sobre o tema de cooperação com foco na internacionalização institucional. Sendo assim, utilizou-se como guia para a análise dos dados o documento disposto no Apêndice A por compreender que os elementos deste documento permitem identificar os fundamentos essenciais que tratam da

⁵ Tradução livre.

cooperação e da internacionalização nas IES estudadas. Ao final desse estudo são apresentadas as considerações finais baseadas nos resultados gerados pela análise dos dados da presente pesquisa.

2 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E UNIVERSITÁRIA

A cooperação entre os diversos atores do sistema internacional vem sendo utilizada como uma ferramenta para o bom relacionamento entre as nações e as mais variadas instituições pautadas no desenvolvimento de objetivos específicos. Historicamente, a cooperação internacional passa a ganhar importância como uma alternativa na busca pelo bom funcionamento de um sistema cada vez mais interligado e globalizado.

A integração de economias, a busca constante pelo entendimento da diversidade cultural, o rápido avanço tecnológico e a eficaz rede de comunicação existente, facilitam as relações globais e podem ser utilizados como ferramentas para a cooperação entre os mais variados atores internacionais. Da mesma forma, essas facilidades podem ser utilizadas para a cooperação interuniversitária focando na sua internacionalização institucional enquanto processo⁶ de promoção da educação internacional na atual sociedade do conhecimento⁷.

2.1 A cooperação no sistema internacional

Para o entendimento do ato de cooperar, é importante compreender o conceito de cooperação. O significado de cooperação sofreu diversas modificações durante os anos e o sentido de cooperar manteve-se ligado à formação de alianças. Segundo Stallivieri (2004) a conotação da palavra cooperação sempre foi direcionada ao significado de evitar conflito, pois se compreendia que todos os Estados estavam sempre em desacordo uns com os outros. Em meio aos diferentes significados e também da transformação do cenário internacional ocorrido no pós Segunda Guerra Mundial, o termo cooperar perdeu seu significado voltado à aliança e passou a designar colaboração, vinculando-se a uma ação de trabalhar conjuntamente com outros atores.

⁶ Conjunto de elementos que podem guiar com exatidão desde o início do trabalho até o seu final, de forma que seja possível começar e terminar sem desvios o que se pretende fazer, alcançando assim, a meta ou objetivo (CRUZ, 2003).

⁷ Nesse contexto está sendo considerada a sociedade do conhecimento como uma sociedade na qual as condições de geração de conhecimento e processamento de informação foram substancialmente alteradas por uma revolução tecnológica centrada no processamento da informação, na geração do conhecimento e nas tecnologias da informação (CASTELLS, 1999).

No âmbito das Relações Internacionais, cooperação pressupõe a “ideia de alteridade, isto é, o respeito de um Estado pela existência de outros Estados, cujos objetivos podem e devem ser traçados por eles próprios [...]” (STALLIVIERI, 2004, p. 25). Pode-se considerar que o termo está diretamente ligado à corrente teórica do Liberalismo, que reúne as ideias do Iluminismo de Kant e Montesquieu do liberalismo de Adam Smith (ELZINGA, 2004). Corrente esta que defende a liberdade do indivíduo e salienta sua bondade tendo como ponto de partida o indivíduo enquanto um ser bom e capaz de cooperar na busca de resultados coletivos (MINGST, 2009). Associado a isso, Pecequillo (2004) enfatiza que essa corrente teórica defende a capacidade do indivíduo em trabalhar em um ambiente coletivo em busca de seu bem estar individual, compartilhando lucros e benefícios gerados no trabalho, criando assim uma rede de solidariedade em prol do desenvolvimento de determinados objetivos. Dessa maneira, os aspectos de paz e cooperação no sistema internacional são enfatizados nesta corrente teórica, evidenciando a união entre os atores internacionais e, assim, proporcionando a formação de arranjos governamentais e não governamentais de representatividade internacional. Tais atores podem ser evidenciados com a fundação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, e também com a criação da União Europeia, que se deu primeiramente pela cooperação entre França, Itália e Alemanha, consolidando a Comunidade Econômica do Carvão e do Aço (CECA), em 1951.

Paralelamente ao desenvolvimento de mudanças globais, o Brasil abriu sua economia às importações e estabilizou sua moeda com a criação do Real. Desde então, iniciou-se um fluxo de investimentos financeiros internacionais. O país passou por distintas modalidades de representatividade no cenário das relações internacionais tendo sido considerado um país de terceiro mundo e subdesenvolvido e que passa a ganhar gradativo destaque juntamente com os países chamados de economia emergente. De certa forma, essas mudanças acarretaram em uma nova ordem econômica para o país, que necessitava modificar suas estruturas institucionais para acompanhar um regime globalizado, difuso e internacional que permanece em constante mudança. Mudanças como estas percebidas no Brasil evidenciam as alterações do sistema internacional, sejam em aspectos políticos econômicos, educacionais vinculados ou não a ações cooperadas.

Assim, facilmente o estado de cooperação no sistema internacional pode ser confundido com um estado em harmonia. Porém, segundo Keohane (1984), a

cooperação deve ser diferenciada de harmonia, pois cooperação e harmonia não são idênticas. Logo, não devem ser confundidas. Para o autor citado, a cooperação ocorre quando os atores buscam ajustar seu comportamento às preferências reais ou esperadas dos outros atores, através de um processo de coordenação política. Já a harmonia refere-se a uma situação em que os atores facilitam automaticamente a realização dos objetivos propostos pelos outros atores. Dessa forma, nenhuma comunicação é necessária e nenhuma influência precisa ser exercida, não gerando assim conflito algum. Porém, o ato de cooperar é altamente político, de alguma forma os padrões de comportamento são alterados em busca de seu objetivo primeiro. Essa necessidade de alterar sua posição diante do outro, pode gerar conflitos, ou reação ao conflito. Diante disso, Keohane (1984), define que para haver cooperação é necessário que os atores pretendam e aceitem ajustar suas políticas para que as tornem mais compatíveis entre eles, tornando possível assim uma tratativa cooperada.

Um dos entraves no sistema internacional para a cooperação é a ausência de uma norma ou padrão para que atores se orientem ao realizar uma ação cooperada, ou seja, não existe uma regra comum para que os atores possam coordenar suas ações de modo a obter resultados positivos através de uma tratativa de cooperação. Essa coordenação de ações pode se dar com a criação de acordos formais e de regimes internacionais (RAMOS, 2006). Os regimes internacionais definidos como normas, princípios e regras, facilitam a cooperação diminuindo os efeitos da anarquia no sistema internacional. De acordo com Ramos (2006), a institucionalização por meio desses regimes internacionais, auxilia a cooperação fornecendo informações sobre os atores, reduzindo os custos transacionais da cooperação, pois diminuem a possibilidade de quebra das regras do regime e auxiliam na centralização dos acordos. Segundo Chermann (1999) é nessa época que o neoliberalismo se defronta com a redução do conceito de liberdade, pois, a liberdade se condiciona à liberdade financeira. Nesse contexto, ocorrem as mudanças de valores sociais, das relações internacionais e o surgimento de novas tecnologias, especialmente tecnologias revolucionárias da informação, alterando o fluxo da construção do conhecimento. Altera-se então, o segmento de capital/trabalho para capital/trabalho/conhecimento (CHERMANN, 1999). Surge, assim, o tema da educação e a atuação das instituições de ensino como novos e relevantes atores da sociedade do conhecimento no atual cenário globalizado.

2.2 A cooperação nas relações internacionais através das instituições

Na década de 1990, o mundo se organizava em um período pós-guerra mundial, com importantes mudanças na formação das economias e políticas das nações. Considerando a crescente importância do papel das organizações e instituições no cenário internacional em busca da construção do conhecimento, as instituições de ensino superior ganham, a partir dos anos 1990, maior representatividade.

Internacionalmente a cooperação no âmbito da educação era representada somente por atores públicos, como governos e organismos multilaterais. Porém, com o passar dos anos, nos países em desenvolvimento a atuação de atores do setor privado como empresas e organizações não governamentais ganharam espaço e importância. Conforme Gentili e Camacho (2013), a cooperação voltada ao desenvolvimento em matéria de educação, atualmente contempla as ações realizadas por atores públicos e atores privados de diferentes países, buscando, assim, promover o desenvolvimento educativo.

Em consequência disso, o ensino superior ganha foco nas relações internacionais, pois há um aumento na demanda por profissionais de capacidades globais, que sejam capazes de atender às novas necessidades globalizadas que passam a surgir. Dessa forma, foi fundamental no campo do ensino superior a ampliação das relações internacionais entre países e instituições, por meio de ações de cooperação cultural e educacional que permitiam o aumento da mobilidade de pessoas de diferentes países (CHERMANN, 1999).

É nesse momento que segundo Elzinga (2004), surge a importância de existir uma organização intergovernamental voltada a intercâmbios internacionais nas áreas da cultura e da educação. Assim, em 1945 é fundada a Unesco, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura integrando a ciência ao desenvolvimento da cooperação internacional. Seu principal compromisso é a busca pela universalidade, ou seja, através da observação dos avanços conquistados no campo da ciência em relação à cooperação internacional, busca tornar os estudos científicos um bem público para acesso a todos.

A partir desse compromisso adquirido pela Unesco, a Organização necessitava ficar mais próxima das universidades, das organizações científicas e até mesmo dos cientistas individuais. Para isso, segundo Elzinga (2004), criaram-se os

chamados Escritórios de Cooperação Científica, com a função de integrar as instituições nacionais em redes regionais. Ainda segundo o autor, a criação desses escritórios da UNESCO se deu na gestão de Joseph Needham, que influenciado pelo marxismo, mais tarde propôs a alteração dessas seções para um Serviço Mundial de Cooperação Científica. Naquele momento, a ciência assumiu o papel de promoção de bem-estar.

Essa organização fundada em prol do compromisso da ciência teve seu princípio baseado no terreno de guerra e conflitos armados. De acordo com Elzinga (2004), para a assistência aos países em desenvolvimento pós-guerra, foi necessária a formação de redes de cooperação, como o autor cita:

As grandes potências aliadas haviam conduzido intercâmbios através de agências e missões científicas, para estimular a pesquisa militar e ajudar a transcender as estruturas disciplinares clássicas que haviam dominado o intercâmbio internacional do passado. Dentro da Unesco, isso se tornou a base para escritórios regionais da Ciência e Tecnologia que ainda estão em funcionamento [...] (ELZINGA, 2004, p. 106).

Dessa forma, está evidente que as Instituições e Organizações internacionais possuem papel fundamental nos estudos de relações internacionais, considerando sua importância na formação científica e acadêmica de populações. Juntamente com seus esforços voltados à qualificada formação dos grupos em sociedade, as instituições utilizam a cooperação em prol de seus fundamentos. Nessa visão, o institucionalismo propõe corrigir a deficiência determinada pelo realismo estrutural e introduz as instituições como atores capazes de resolverem conflitos por meio da construção de arranjos cooperativos, podendo inclusive, superar impasses encontrados em um sistema anárquico (NOGUEIRA, 2003). Da mesma forma, os liberais, defendem que as instituições internacionais podem mudar as preferências dos Estados, levando-os a cooperarem.

2.3 Cooperação universitária

A cooperação universitária representa assim como nas relações do setor econômico empresarial, a busca pelo seu fortalecimento e representatividade através de parcerias com outras instituições com objetivos semelhantes. Nesse caso, surgem à formação de ações bilaterais ou multilaterais por meio de associações, redes de cooperação ou de consórcios. Na visão de Chermann (1999),

as universidades vêm enfrentando uma adaptação à nova ordem mundial que propõe parcerias para ajustes estruturais que “sustentem seu futuro e para o conhecimento de outras culturas que permitam uma ampla visão, não só no seu próprio contexto, mas de um contexto mundial” (CHERMANN, 1999, p. 49). É nessa busca por melhorias estruturais e maior conhecimento globalizado que as instituições de ensino superior tendem à formação de redes, seja regionalmente em associações ou consórcios, ou em blocos internacionais. Dessa forma, além de criarem redes de universidades que cooperam umas com as outras, essas associações podem interagir através da troca de seus trabalhos e de suas produções em reciprocidade, objetivando bases coletivas associadas ao interesse individual de cada instituição.

No intuito do aprimoramento do ensino superior, Sebastián (2004), frisa que através da cooperação entre as universidades gera-se capacitação ao fortalecimento das instituições envolvidas. Relativo à organização da cooperação, o mesmo autor define que novos modelos estão valorizando a multilateralidade, especialmente em se tratando de instrumentos flexíveis, como a formação de redes e consórcios. Estes instrumentos aumentam os benefícios da cooperação ao expandir as formas de interação e colaboração sendo fundamental a manutenção de resultados positivos para o êxito da cooperação.

O resultado positivo desses arranjos institucionais através da cooperação pode ser observado não apenas regionalmente, mas também, em âmbito internacional. Dessa maneira, no sistema internacional que tem como base as instituições enquanto atores preponderantes, as IES possuem papel fundamental de transformação social e estocam as informações como matérias-primas para a elaboração de suas estratégias para criação do espaço do conhecimento. Estas estratégias podem estar vinculadas ao interesse coletivo, podendo dessa forma, se estabelecer através de ações cooperadas. Para Chermann (1999), a universidade contemporânea pode utilizar as estratégias de parcerias internacionais de cooperação para a construção do saber, pois através do contato com comunidades acadêmicas culturalmente diversas, se produzirá novos conhecimentos e um crescimento intelectual, auxiliando na constituição de um mundo mais interativo, dinâmico e tolerante.

Como resultado de cooperar internacionalmente com outras instituições, Chermann (1999) cita algumas agências e associações de fomento à cooperação

internacional que atuam como intermediadores da formação de redes interuniversitárias. As mais atuantes e reconhecidas internacionalmente estão dispostas no Apêndice B deste trabalho onde é possível identificar a região global de atuação tornando evidente que ações destas e outras agências podem ser aliadas no contexto regional e internacional da cooperação educacional.

No entanto, por tratar-se de um tema contemporâneo, complexo e vulnerável aos interesses de quem a utiliza, a cooperação universitária ainda demanda definições conceituais e formatos adequados à sua utilização nas mais variadas regiões do mundo com sistemas de educação diferenciados. Assim, é notória a existência de diferentes padrões de cooperação, variação de interesses, bem como de objetivos e estratégias para a sua utilização. No ensino superior, que tem passado por diversas mudanças buscando atender a alta demanda por formar profissionais com qualificação global, capacidade inovadora e habilidades interculturais inerentes ao processo de internacionalização, as ações de cooperação tornam-se vulneráveis pela perceptível particularidade de cada IES. Segundo Sebastián (2004) a maior evolução tem se dado no âmbito da cooperação internacional. O autor afirma que esta cooperação implica na organização da universidade, tornando necessária a formação dos professores, a oferta de educação em graduação e pós-graduação, a pesquisa técnica e científica e outras modalidades. Dessa forma, o autor destaca os fundamentos de solidariedade e a função social das universidades, a existência de capacitação e de conhecimentos relevantes para o desenvolvimento e o interesse das instituições em serem agentes da cooperação. A ênfase neste tipo de cooperação está na criação de capacidades e no fortalecimento das IES que proporcionam a transferência de conhecimentos e tecnologias para a contribuição ao desenvolvimento humano e social.

Do mesmo modo que a cooperação pode ser realizada entre instituições semelhantes, ou seja, entre pares, Sebastián (2004) também afirma que é possível haver a participação de outros tipos de organização tomando a forma de cooperação entre ímpares. Assim, “a cooperação enfatiza a transferência, que é mais assimétrica e unidirecional, no sentido de que existem maiores impactos qualitativos e quantitativos [...]”⁸ (SEBASTIÁN, 2004, p. 22). Para compreender a relação da cooperação universitária para o desenvolvimento voltada à internacionalização,

⁸ Tradução livre.

Sebastián (2004) destaca algumas características principais dispostas conforme o quadro abaixo:

Quadro 1 – Características da cooperação universitária

| | Cooperação universitária para o desenvolvimento |
|------------------------------|--|
| Fundamentos-objetivos | *Predomínio de assimetria e unidirecionalidade; *Capacitação; *Desenvolvimento institucional; *Contribuição para o desenvolvimento humano, social e produtivo |
| Atores | *Pares ou ímpares; *Universidades; *Instituições e agentes sociais |
| Modalidades | *Formação de recursos humanos; *Pesquisa sobre problemas críticos; *Transferência de conhecimento e tecnologias para o desenvolvimento; *Assessoria e assistência técnica |
| Resultados | *Fortalecimento institucional de universidades e educação superior; *Conhecimentos e resultados aplicáveis ao desenvolvimento; *Melhora das condições de vida |

Fonte: Adaptado de Sebastián (2004), tradução livre.

Considerando o compromisso das universidades com as causas sociais e sua dedicação à criação do conhecimento baseado na solidariedade, Sebastián (2004) afirma que existe o interesse das instituições e das comunidades acadêmicas como um todo, de colaborar em atividades cooperadas para o desenvolvimento. Contudo, segundo o autor, é necessário que haja o comprometimento da universidade através da elaboração de estratégias para a efetiva participação da instituição da cooperação para o desenvolvimento. Sendo assim, a decisão de participar de uma ação cooperada, não é apenas uma decisão voluntária, mas compete à IES avaliar suas capacidades e decidir com coerência se poderá ou não aceitar o compromisso. Além disso, a cooperação para o desenvolvimento é baseada no conceito de sociedade, ou seja, não está vinculada apenas às ações realizadas entre semelhantes, mas também entre diferentes atores que podem se fortalecer

estabelecendo alianças e consórcios (SEBASTIÁN, 2004), como é o caso do COMUNG.

Tendo em vista que as instituições comunitárias demonstram seu empenho no crescimento local e atuam no desenvolvimento social, econômico e nas melhores condições de vida para a região onde estão inseridas. Assim, direcionam seus objetivos na busca pela expansão regional alcançando seu compromisso social para com a comunidade. Dessa maneira, é possível observar que as instituições de ensino superior de caráter comunitário podem estar estritamente ligadas à teoria da cooperação para o desenvolvimento.

2.4 Cooperação e internacionalização

Mediante a importância de cooperar como uma capacidade para o desenvolvimento tanto institucional como para os benefícios de uma determinada região, a internacionalização também pode ampliar essa capacidade. O processo de internacionalização de uma universidade está associado à mútua troca de conhecimento, pesquisa e cultura. Dessa forma, é necessário o comprometimento da instituição perante a comunidade acadêmica definindo seus objetivos e ações para alcançar a representatividade internacional. Segundo Qiang (2003) a aceitação e o reconhecimento da dimensão internacional são fundamentais para a definição de universidade. Da mesma forma, Stallivieri (2004) não apenas reconhece a importância da dimensão internacional de uma universidade, como também defende que através da cooperação é possível concretizar o processo de internacionalização institucional uma vez que:

A internacionalização das instituições de ensino superior, através das diferentes formas de cooperação, tem sido o gatilho para a melhoria da qualidade do ensino e da pesquisa que, unidos, criam condições para o desenvolvimento dos países e para o incremento da qualidade de vida das populações (STALLIVIERI, 2004, p. 16).

É possível perceber por meio dessa afirmativa que diferentes tipos de cooperação no ensino superior, como cooperações tecnológicas, científicas e acadêmicas, beneficiando o processo de internacionalização institucional. A mesma autora ainda defende que as universidades devem realizar como tarefa a cooperação internacional, pois através de sua internacionalização assegurar-se-á qualidade às pesquisas nelas desenvolvidas. Além disso, é fundamental

internacionalizar a instituição para poder competir em níveis de igualdade com as melhores IES tanto nacionais quanto internacionais. Pela complexidade deste tema e sua efetiva importância no cenário internacional a autora cita o documento de orientação da Conferência Mundial da Educação Superior realizada em Paris, em outubro de 1998, onde a cooperação é incentivada:

Na observância do mandato que lhe é conferido por seu Ato Constitutivo, a UNESCO continuará a fazer da promoção da cooperação internacional seu principal objetivo e seu modo de ação preferencial no campo do ensino superior, deverá fornecer a cooperação em escala mundial, buscando os meios mais eficazes de contribuir para o fortalecimento do ensino superior e da pesquisa nos países em desenvolvimento (STALLIVIERI, 2004, p. 27).

Dessa maneira, as IES passam a ter como compromisso a cooperação e tornam-se responsáveis pela promoção do processo de internacionalização. Além disso, segundo Knight (2005), a internacionalização, em nível nacional e institucional é definida como o processo no qual se integra uma dimensão internacional, intercultural ou global nos propósitos, funções e ofertas de educação pós-secundária. A partir desta concepção, a internacionalização pode ser considerada, em termos mais amplos, como o processo que integra diferentes atividades. Estas atividades podem, segundo a autora, ser todas as formas de mobilidade acadêmica, colaboração em pesquisa e projetos internacionais de desenvolvimento na educação superior. Entende-se, assim, que o conceito de internacionalização do ensino superior deva estar integrado na cultura organizacional da universidade, reafirmando sua natureza internacional decorrente da universalidade intrínseca ao processo de geração e difusão do conhecimento (USP, 2009). Para isso, há a necessidade de definir estratégias que sirvam de apoio para a IES avançarem no seu processo de internacionalização. Para a utilização dessas estratégias voltadas à internacionalização de uma universidade é necessária a realização de planejamento de metas institucionais voltadas à promoção deste processo internamente e com vistas à inserção internacional. Para Sebastián (2004) as universidades como atores dos sistemas nacionais de inovação, estão desempenhando um significativo papel no processo de internacionalização das atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

No Brasil, a abordagem da internacionalização educacional insere-se numa perspectiva que reconhece o caráter complexo do tema, considerando que “internacionalização da educação superior é uma denominação para a utilização

plena das atividades de cooperação internacional entre diversas instituições educacionais em todo o mundo” (MARIN; BRASIL, 2004, pp. 14-15). É notório o incentivo do país em ações voltadas ao desenvolvimento da internacionalização por meio da cooperação científica e tecnológica universitária. A cooperação científica e tecnológica internacional é incentivada pelas agências nacionais de fomento Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Ambas apoiam o desenvolvimento de pesquisas conjuntas e a realização de projetos de avanço científico nacional e internacional. Esse apoio pode ser caracterizado através de recursos financeiros, por fornecimento de capacitação individual como também, por meio de auxílio de mobilidade e visitas técnicas científicas nacionais e internacionais.

Uma das iniciativas mais recentes do Governo Brasileiro por meio da atuação conjunta do Ministério das Relações Exteriores (MRE), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC) foi à criação do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF). Este programa está sendo gerenciado pela CAPES e pelo CNPq, e busca promover a capacitação acadêmica e científica de alunos de graduação e pós-graduação brasileiros em IES estrangeiras como forma de qualificar profissionais em áreas prioritárias ao desenvolvimento nacional, sendo estas essencialmente da saúde e das engenharias. De acordo com os dados disponibilizados pelo Programa, a meta a ser alcançada até 2015 é de 101.000 bolsas de estudos nas condições estabelecidas pelo referido programa, sendo que até setembro deste ano já foram ofertadas 53.552 bolsas através das parcerias internacionais. Os alunos selecionados para serem contemplados com a bolsa na modalidade graduação sanduíche no exterior⁹, estudam um período de sua graduação em IES selecionadas através das melhores posições nos *rankings*¹⁰ internacionais de educação superior. Além de estudarem parte de sua faculdade no exterior, os estudantes têm a oportunidade de realizar estágio e pesquisas científicas nas universidades e empresas no país de destino, após o término desse período, o estudante retorna ao Brasil para finalizar o seu curso.

⁹ É uma modalidade que pode ser disponível em nível universitário para que o estudante realize um período de seu curso superior fora do país de origem. A certificação de conclusão será concedida pela universidade de origem do estudante, onde ele inicia e finaliza seu curso.

¹⁰ Classificação as IES no cenário global sob diversos aspectos da educação e que busca o consequente crescimento da instituição. Principais rankings internacionalmente reconhecidos: Times Higher Education Supplement, Academic Ranking of World Universities e Webometrics Ranking.

O CsF também contempla as modalidades dos cursos superiores de tecnologia, doutorado sanduíche no exterior (SWE) e doutorado pleno, assim como pós-doutorado no exterior (PDE). O Programa prevê requisitos e compromisso do participante assegurando que ele retorne ao Brasil para que possa aplicar seu conhecimento adquirido em benefício do desenvolvimento da sua região e país. O CsF está buscando promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia do país através da mobilidade acadêmica internacional. Percebe-se, assim, um compromisso estatal em incentivar e possibilitar o desenvolvimento tecnológico e científico tendo como base a formação por meio do conhecimento adquirido em nível superior pautado em iniciativas de internacionalização do ensino superior brasileiro.

Tendo em vista a relação da cooperação e da internacionalização direcionadas às IES, a presente pesquisa possui como foco teórico a cooperação universitária para o desenvolvimento e sua relação na busca pela internacionalização institucional. Sobre esse enfoque Sebastián (2004) afirma que a dimensão internacional de uma universidade não contempla apenas a cooperação interuniversitária e a cooperação para o desenvolvimento, mas, que incluir a esfera da internacionalização. Essa interação entre os processos pode auxiliar na ampliação da oferta das capacitações a discentes e docentes e às pesquisas nas universidades. Além disso, o autor propõe diferentes modalidades de ações voltadas à cooperação e que podem servir de indicadores do alcance da internacionalização de uma IES, como:

1. Intercâmbio de estudantes;
2. Mobilidade de professores para capacitação e/ou especialização;
3. Mobilidade de professores e pesquisadores para o fortalecimento conjunto dos programas de docentes;
4. Intercâmbios e colaborações para o fortalecimento de programas de educação à distância;
5. Atividades de pesquisa e desenvolvimento para a abertura e consolidação de novas linhas de pesquisa;
6. Projetos conjuntos de pesquisa e desenvolvimento em áreas prioritárias;
7. Atividades de extensão, incluindo as publicações conjuntas e outras atividades de difusão das capacidades institucionais;

8. Associações interinstitucionais para a projeção internacional da oferta universitária; e
9. Projetos conjuntos de cooperação para o desenvolvimento.

Vale destacar que estes indicadores de internacionalização estão estritamente vinculados aos elementos propostos no Guia para a Avaliação da Cooperação Internacional das Universidades (Apêndice A), formulados por Sebastián (2004) e que foram utilizados para a análise da presente pesquisa.

Além desses indicadores, o autor define algumas características sobre o processo de internacionalização na oferta universitária. Ou seja, define os aspectos que uma universidade deve projetar para a consolidação de melhores resultados acadêmicos. Entre esses resultados estão o aumento na demanda estudantil, a representatividade internacional e por consequência, a internacionalização institucional. Para a concretização desses resultados é importante considerar a importância da capacitação docente e a inserção internacional através de pesquisas e projetos da universidade. Esses aspectos proporcionam à instituição sua capacidade de interagir internacionalmente, podendo competir e cooperar com outras IES já consolidadas no cenário internacional da educação. Para tanto, há a necessidade de estratégias a serem utilizadas pelas universidades para adquirir tal representação. O quadro 2 a seguir demonstra essas características e estratégias para a internacionalização institucional. Como apresenta o autor, através do quadro, as estratégias para concretização da internacionalização institucional podem ser realizadas individualmente pelas universidades ou através de associações, alianças e consórcios com universidades da região. As redes de cooperação resultam da existência de um objetivo comum, e buscam os resultados acordados conjuntamente através da participação e colaboração mútua. A efetiva cooperação das instituições de ensino é consolidada com a criação e a incorporação de novas oportunidades para o desenvolvimento institucional, sendo a intensidade dessa cooperação definida através da quantidade de atividades de cooperação internacional da referida instituição. Relacionado a essa consolidação, a internacionalização pode ser tida como consequência dos resultados da cooperação internacional (SEBASTIÁN, 2004). Dessa forma, este estudo aborda o COMUNG por se tratar de um exemplo de união entre IES com interesses mútuos.

Quadro 2 – Características da internacionalização da oferta universitária

| | Ampliação internacional da oferta docente e pesquisa das universidades |
|------------------------------|---|
| Fundamentos-objetivos | *Estratégias de internacionalização; *Capacitação de estudantes; *Projeção da oferta docente; *Projeção das capacidades de pesquisa e serviços; *Captação de recursos; *Presença internacional |
| Atores | *Instituições individuais; *Alianças, consórcios interuniversitários, união empresarial |
| Modalidades | *Educação transnacional; *Programas de formação: presenciais, semipresenciais, modalidade "sanduíche", a distância, on-line; *Contratos de pesquisa; *Bolsas e ajudas para estudantes estrangeiros |
| Resultados | *Aumento de matrícula de estudantes; *Recursos financeiros; *Aumento da visibilidade e projeção; *Internacionalização |

Fonte: Adaptado de Sebastián (2004), tradução livre.

Na busca por soluções para as questões internacionais de redes de cooperação, como o COMUNG, é proposto por Oliveira e Varis (2012) o desenvolvimento de estratégias de alianças e parcerias, especialmente em âmbito internacional, visando concretizar os interesses particulares das universidades e buscar outras instituições de interesses comuns para que possam ser partilhados. Assim, será possível inserir-se no campo das relações internacionais avaliando as oportunidades oferecidas pelas parcerias firmadas.

3 ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO E O MODELO COMUNITÁRIO

O atual sistema de ensino superior brasileiro deriva de um conjunto de medidas e acontecimentos políticos e históricos que configuraram o campo da educação superior brasileira. A primeira universidade brasileira foi criada no ano de 1920, decorrente de interesses políticos e atenção à elite do país. Desde então, uma série de mudanças ocorreram no sistema de educação superior no Brasil, leis e diretrizes foram discutidas e implementadas na busca da qualificação do ensino.

Juntamente com a qualidade acadêmica, as instituições de ensino superior possuem um comprometimento em desenvolver a região onde estão inseridas, como é o caso das IES comunitárias. Essas instituições direcionam suas competências para o aperfeiçoamento acadêmico e cultural para a consolidação do seu papel perante a comunidade. De natureza privada, porém, sem fins lucrativos, as IES comunitárias buscam maior reconhecimento de ensino através de ações cooperadas. Assim, procuram fortalecer sua capacidade de ensino, pesquisa e extensão voltados ao desenvolvimento institucional e regional.

3.1 Breve histórico do ensino superior brasileiro

O surgimento das primeiras universidades brasileiras resulta de uma sequência de fatos históricos ainda no período da colonização do país. Cunha (2007) destaca que, nas colônias espanholas da América, a universidade não demorou a aparecer, enquanto que no Brasil, colônia de Portugal, havia o bloqueio do desenvolvimento da educação superior. Soares (2002) acrescenta que os estudantes que pertenciam às elites brasileiras e que buscavam a formação superior deveriam deslocavam-se até Portugal, pois no Brasil a educação estava a cargo da Companhia de Jesus, onde os jesuítas se encarregavam pela cristianização dos indígenas até a educação dos filhos da classe dominante em colégios reais.

Ainda segundo Soares (2002), no ano de 1808 quando a Família Real Portuguesa chegou ao Brasil e se instalou na Bahia os comerciantes locais solicitaram a Dom João VI a criação de uma universidade no país, propondo-se estes a contribuírem financeiramente com a implantação. Assim, para atender à solicitação e também com o objetivo de atender às necessidades de sua

permanência no país, foram criadas as primeiras instituições de ensino superior no Brasil. Estas foram ofertas de cursos isolados, vocacionais ou profissionais. O objetivo era gerar o conhecimento imediato para atender as necessidades daquele momento. Desse modo, a Bahia passou a sediar a escola de Cirurgia e Anatomia (atualmente Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia) e após a transferência da Corte Real para a cidade do Rio de Janeiro, lá foram implementadas a Escola de Anatomia e Cirurgia atual Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Academias Militares (SOARES, 2002).

A primeira universidade permanente no país de fato veio bem mais tarde, na República Velha, em 1920, através do Decreto n. 14343 (SOARES, 2002). Foi em 7 de setembro daquele ano, que o governo criou a Universidade do Rio de Janeiro, que comportava faculdades pré-existentes, a saber: a Escola Politécnica, a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Direito, esta nascida da fusão de duas outras, Faculdade Livre de Direito e a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais. Em conformidade com Bove (2006), esta era uma instituição voltada ao ensino sem muita ênfase à pesquisa, uma universidade utilista que em decorrência de ter sido formada por cursos isolados teve apenas interligação pela reitoria e não possuía uma base para a organização tornando notória a existência de entraves e insucessos. A ideia da criação de uma universidade em primeira estância era vista como uma estratégia do governo brasileiro para o desenvolvimento nacional.

O desenvolvimento do ensino superior no Brasil se deu gradativamente por meio da atuação do governo e da sociedade, merecendo destaque dois momentos importantes. No primeiro momento foram criadas as universidades públicas federais nas capitais dos estados com o intuito do desenvolvimento nacional após a Segunda Guerra Mundial, onde era necessário o avanço do país atrelado à qualificação da mão-de-obra para as indústrias que surgiam. Com isso, as populações das regiões interioranas do país ficaram sem acesso ao ensino superior disponibilizado apenas nas grandes cidades. Surge, assim, o segundo momento marcado pela criação das IES confessionais, comunitárias e privadas, decorrente do interesse da sociedade.

De acordo com Nunes (2012) nos anos de 1960 surge a necessidade de construção de um novo modelo de universidade. Naquele momento o país vivia a luta pela Reforma Universitária, as chamadas Reformas de Base. Diante disso, Sguissardi (2006) descreve a necessidade na busca por um modelo universitário

que associasse o ensino com a pesquisa, aglutinando todas as atividades das unidades básicas e profissionais. Desta busca, surgiu então a Universidade Nacional de Brasília (UNB), que entrou em funcionamento em 1962, sendo modelo da nova formação universitária. É na década seguinte que ocorre o impulso do desenvolvimento do setor universitário privado no Brasil durante a ditadura militar no país (ALMEIDA; SANTOS, 2008).

3.2 A estrutura do ensino superior brasileiro

No Brasil, as universidades são compreendidas como centros responsáveis pela construção do conhecimento e reconhecidas pela oferta de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Para Stallivieri (2004), pode-se afirmar de um modo amplo que a universidade torna-se um abrigo à universalidade e à multiplicidade de visões de mundo, posições filosóficas, tendências científicas e políticas, constituindo-se em um universo cultural, científico e inovador. Da mesma maneira, que “a sociedade confere e institui à universidade a tarefa de lhe oferecer educação superior, de formar cidadãos, de realizar pesquisa e extensão que contribuam para ajudá-la a se desenvolver social, cultural e economicamente” (NUNES, 2012, pp. 21-22). Essa responsabilidade também é atribuída às variadas estruturas de instituições de ensino superior, como é o caso das faculdades e dos centros universitários.

As instituições de ensino superior podem ser categorizadas como públicas ou privadas. As IES de natureza pública, são instituições mantidas pelo poder público. Ou seja, dependem dos subsídios públicos para a sua manutenção. Entre essas instituições há as federais, as estaduais e as municipais. Estas diferem entre si de acordo com seu o seu vínculo de dependência governamental, sendo respectivamente mantidas pelos governos federal, estadual ou municipal. Já as IES privadas, dependem financeiramente de recursos privados, ou seja, estão vinculadas a um mantenedor particular (MEC, 2013).

Em continuidade à natureza das IES, de acordo com o MEC, originalmente as instituições são credenciadas como faculdades¹¹, sendo o posterior credenciamento como universidade ou centro universitário, dependendo das prerrogativas de autonomia, do seu funcionamento regular e seu padrão de qualidade.

¹¹ Com exceção das instituições públicas que não se enquadram na ordem desse credenciamento.

As universidades se caracterizam pela indissociabilidade das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão. São instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano¹² (MEC, 2013).

Para o MEC, os centros universitários são instituições de ensino superior pluricurriculares, abrangendo uma ou mais áreas do conhecimento. A excelência do ensino oferecido por estes centros é comprovada pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecido à comunidade escolar. Os centros universitários que possuem seu funcionamento legal gozam de autonomia para criar, organizar e extinguir, em sua sede, os cursos e programas de educação superior.

Nas instituições universitárias, a graduação é a primeira etapa da formação acadêmica dos estudantes. No Brasil, atualmente há 2.365 instituições de ensino superior que oferecem cursos de graduação, pós-graduação, de formação tecnológica, extensão e/ou cursos sequenciais (MEC/INEP-Censo do Ensino Superior, 2011). O órgão governamental responsável pela supervisão destas instituições e de seus cursos de graduação é a Secretaria de Educação Superior (SESu) do MEC, que realiza a supervisão através de dois tipos de ações: a ordinária e a especial (MEC, 2013). A supervisão ordinária se dá através de denúncias de alunos, pais e professores, bem como de órgãos públicos e comunidade em geral, envolvendo casos isolados de irregularidade nas instituições. Já a supervisão especial é iniciada pelo próprio Ministério da Educação que faz uma avaliação de acordo com seus indicadores de regularidade e qualidade do ensino superior dos cursos e da própria instituição. Além da supervisão feita pela Sesu, o MEC também possui um processo de avaliação que leva em consideração aspectos como ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, gestão da instituição e corpo docente, ficando esta avaliação a cargo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). As informações e resultados sobre essas avaliações, como o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e das avaliações institucionais e dos cursos, ficam disponíveis no Sinaes, dando a possibilidade à sociedade, principalmente aos estudantes, de verificar as condições dos cursos de cada instituição.

¹² Características: produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional; um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; um terço do corpo docente em regime de tempo integral (MEC, 2013).

3.3 O Modelo de instituições de ensino superior comunitárias

A visão comunitária no ensino superior ganha maior representatividade a partir da década de 1980, buscando o entendimento da distinção entre o público e o privado. Segundo Schmidt (2009), até o caráter comunitário passar a ser adotado por instituições de ensino, o mesmo pôde ser visível em outros segmentos, como escolas, igrejas, clubes esportivos, cooperativas, entre outros, tornando evidente a formação de um expressivo estoque de capital social comunitário. Para o autor, entende-se como comunitário aquilo que é comum à comunidade, coletivo, associado a características como coesão, comunhão, laços sociais fortes, integração e interesse público. Neste contexto, as universidades comunitárias foram criadas pela sociedade civil e pelo poder público, beneficiando o desenvolvimento regional no qual estão inseridas. Trata-se de instituições sem fins lucrativos com gestão democrática e participativa de caráter pública não estatal (SCHMIDT, 2009).

O surgimento dessa nova modalidade de instituição de ensino superior se dá em seu princípio por organizações católicas, de caráter confessional. Durhan (1998) afirma que as universidades comunitárias desenvolveram-se mantidas pela Igreja, envolvendo prefeituras e entidades representativas da sociedade civil, ou seja, prosperaram através do setor público não estatal. Dessa forma, essas instituições intituladas comunitárias recebiam o apoio da Associação Brasileira das Escolas Superiores Católicas (ABESC). Afirmando esse apoio da igreja católica às IES comunitárias Sampaio (1998), reforça que o caráter confessional e católico de quase todas as instituições comunitárias naquele momento, fornecia uma espécie de símbolo para a imagem da integridade funcional e moral do grupo que ali nascia. Dessa forma, as IES comunitárias têm como proposta os valores humanísticos e a atenção constante às atividades sociais, com base nos princípios de regionalização, ou seja, “a realidade regional que fundamenta e justifica seus objetivos e a sua programação” (CHERMANN, 1999, p. 57). Isto é, a geração de conhecimento e educação é originada a partir da demanda e dos interesses de uma determinada população à qual a universidade mantém o compromisso de agregar qualidade de vida e desenvolvimento da sociedade onde está inserida.

Mesmo com o entendimento do conceito de comunitário juntamente com sua relevância social e seu comprometimento regional, a denominação de universidade comunitária, ainda necessitava da criação de uma nova organização com estratégias

de ações definidas para conquistar seu espaço no ensino superior brasileiro. Esse segmento visava sua consolidação e aperfeiçoamento como um modelo alternativo para o ensino superior no Brasil, dando origem à sua história na educação brasileira (TRAMONTIN; BRAGA, 1988).

A partir da década de 80, o sistema de educação superior do Brasil foi organizado de modo a definir uma divisão das instituições de acordo com sua natureza de ensino, passando a considerar a formação das universidades comunitárias. Essa composição englobou faculdades, centros universitários e universidades de acordo com a organização acadêmica. Já do ponto de vista da organização administrativa, o ensino superior foi caracterizado apenas como instituições públicas ou privadas. Sendo que, as IES privadas abrangem ainda como IES confessionais e comunitárias (NUNES, 2012).

Diante dessa busca pela concretização dos ideais propostos pelas instituições de ensino superior de caráter comunitário, em agosto de 1991 essas instituições constituíram o Fórum de Reitores das Universidades Comunitárias do Brasil. Posteriormente, em novembro de 1994 criaram a Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (ABRUC). Segundo Selber (1997), esse acontecimento institucionalizou o processo que havia sido iniciado no final de década de 80, onde se buscava a formação e conceituação para um conjunto de universidades privadas do Brasil que possuíam inúmeros pontos de atuação comuns, especialmente aqueles direcionados à sociedade, de acordo com a ótica pública, porém, não estatal (SELBER, 1997).

Através das modificações ocorridas no cenário da educação superior no Brasil, as instituições comunitárias ganharam espaço e representatividade. Nacionalmente, das 2.365 IES existentes, 1.106 são instituições comunitárias (sem fins lucrativos). Dessa forma, estas instituições representam 46,7% das ofertas de cursos superiores no Brasil abrangendo as cinco regiões do país. Além disso, até 2011 das 4.966.374 matrículas nos cursos de graduação presenciais em instituições privadas brasileiras, 2.416.671 estavam concentradas nas IES comunitárias (SCHMIDT, 2011).

Recentemente, as instituições de ensino superior comunitárias tiveram seu efetivo reconhecimento sendo diferenciadas conceitualmente das instituições de empresas privadas, tornando possível a ação conjunta entre o Estado e as instituições comunitárias. O Projeto de Lei (PL) das Instituições Comunitárias de

Educação Superior, que estava tramitando no Senado Federal como PLC Nº 01/2013, foi sancionado pela Presidente Dilma Rousseff no dia 13 de novembro, tornando-se assim a Lei Nº 12.881/2013. A Lei faz referência praticamente na íntegra ao texto formulado pelas instituições comunitárias, sob liderança da ABRUC. Esse avanço destaca a importância das universidades comunitárias e a relevância de uma maior cooperação dessas IES com o poder público para a educação superior do país, pois essas IES passam a ser efetivamente diferenciadas das instituições privadas. Ou seja, a partir desse momento, a educação superior brasileira passa a ser dividida em três tipos de instituições: públicas, comunitárias e privadas. Este reconhecimento poderá possibilitar uma maior atuação das IES comunitárias por meio do compartilhamento de recursos físicos e humanos de forma ampla com instituições estatais.

Engajadas no desenvolvimento social da comunidade onde estão inseridas, as IES comunitárias oferecem atualmente um ensino de busca constante na qualificação de seus estudantes, bem como já representam um modelo que abrange ensino, pesquisa e extensão em conformidade com as normas estabelecidas pelo MEC.

4 O COMUNG E AS INSTITUIÇÕES PESQUISADAS

Como exemplo de cooperação entre instituições de ensino superior, este capítulo apresenta informações sobre o COMUNG, consórcio existente no estado do Rio Grande do Sul desde 1993. Desde aquela data, muitas atividades já foram realizadas pelo Consórcio na busca de melhorias no ensino oferecido pelas instituições comunitárias no Estado. Contudo, é evidente que para o desenvolvimento de um ensino superior qualificado torna-se necessário a ampliação das ações já desenvolvidas, da mesma forma que se percebe a necessidade de superar alguns desafios como a internacionalização.

Dentre as instituições de ensino superior compreendidas no Consórcio, este capítulo traz uma breve descrição individual das IES escolhidas para este estudo. Apresenta aspectos gerais de cada instituição com informações relevantes a essa pesquisa. É importante destacar que todas as informações dispostas neste capítulo datam do último ano acadêmico que foram disponibilizadas pelo COMUNG e pelas IES estudadas¹³ através dos seus endereços eletrônicos.

4.1 O COMUNG

No Rio Grande do Sul, em março de 1993, nove instituições comunitárias¹⁴ firmaram um Protocolo de Ação Conjunta, constituindo o COMUNG, Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas. Além de buscar uma maior representatividade no ensino superior, o objetivo desta união era viabilizar um processo integrativo que resultasse no fortalecimento individual das instituições e no conseguinte favorecimento da comunidade universitária rio-grandense e da sociedade gaúcha como um todo. O referido consórcio passou a ser reconhecido oficialmente em 27 de abril de 1996 (COMUNG, 2013).

Atualmente o COMUNG é integrado por 15 IES, formando assim, uma rede de educação superior com enfoque no desenvolvimento regional por meio da inovação, ciência e tecnologia e da extensão dentro do estado do Rio Grande do

¹³ Dados: COMUNG referência a 2013; FEEVALE referência a 2012; UCS, UNIVATES e UNISINOS referência a 2013/1.

¹⁴ A saber: Universidade de Passo Fundo, Universidade de Caxias do Sul, Universidade de Ijuí, Universidade da Região da Campanha, Universidade Regional Integrada e a Universidade Feevale, Universidade de Cruz Alta, Universidade de Santa Cruz do Sul e Universidade Católica de Pelotas.

Sul. Esse grupo de instituições congrega mais de 40 campi universitários com a abrangência em mais de 380 municípios em suas áreas de atuação. O consórcio engloba 1.400 cursos de graduação e pós-graduação, atendendo 187.404 alunos em nível de graduação em todo o estado. Como forma de investir na qualificação profissional e acadêmica dos estudantes, as instituições do consórcio totalizam 44 cursos de doutorado e, assim, fomentam a pesquisa e a inovação no ensino superior. Através desses números, o COMUNG é reconhecido nacionalmente pela posição de maior sistema de educação superior em atuação no Rio Grande do Sul (COMUNG, 2013).

De acordo com a atual presidência do COMUNG, representada pelo Prof. Ney Lazzari (2013), há uma contínua busca pela permanência e aprimoramento dos valores comunitários consolidados historicamente pelas lideranças universitárias no Rio Grande do Sul. Contudo, é evidente que o sistema educacional é um constante sistema de inovações e atualizações, trazendo a necessidade de uma visão contemporânea para sua gestão. Ou seja, apesar de inúmeros avanços o COMUNG ainda enfrenta alguns desafios em sua jornada. Para o atual presidente do consórcio um dos desafios é a internacionalização das instituições filiadas por meio da “intensificação de intercâmbio de pessoas e ideias e a busca de padrões de qualidade de classe mundial” (LAZZARI, 2013, p.3).

Além dos objetivos do COMUNG previamente apresentados, destacam-se algumas ações desenvolvidas no âmbito do Consórcio e de importante destaque nacional. Nesse aspecto, em junho do ano passado foi realizado o I Seminário do COMUNG, onde tendências e perspectivas para o desenvolvimento regional foram abordadas entre as IES comunitárias. Neste mesmo seminário, o COMUNG possibilitou a sua comunidade acadêmica um encontro com o docente Tapio Varis, especialista em mídia digital da União Europeia. Atualmente é professor Emérito da Universidade de Tampere, Finlândia e presidente de Educação Virtual Global da UNESCO. Já atuou como professor visitante em inúmeras universidades da Europa, Estados Unidos e América Latina, além disso, já publicou mais de 200 artigos científicos em diversos países. Durante sua estada no Rio Grande do Sul, o professor pesquisador atuou como consultor técnico para as instituições comunitárias, juntamente com a colaboração do professor Renato de Oliveira. Tapio Varis utilizou sua experiência da Finlândia para propor um novo modelo de políticas acadêmicas para as instituições do COMUNG com vistas à internacionalização.

“Temos um projeto de internacionalização e de desenvolvimento das atividades do COMUNG” (OLIVEIRA; VARIS, 2012). Conforme o professor pesquisador é notória a necessidade de melhorar as conexões entre as instituições e também entre os países.

A aproximação e compreensão da educação superior da Finlândia são de interesse das IES do COMUNG, visto o método de ensino no qual os estudantes frequentam estágios e participam de grupos de pesquisa desde os primeiros semestres de graduação. Por isso, um grupo de dirigentes e gestores das IES comunitárias realizou uma visita às Universidades da Finlândia em 2012 com o intuito de compreender o modelo e de firmar convênios internacionais para oferecer maiores possibilidades aos estudantes comunitários de realizarem intercâmbio.

Da mesma forma, em setembro de 2013, representantes dos setores de relações internacionais das IES comunitárias se reuniram para montar uma proposta de trabalho de cooperação internacional em nível de COMUNG direcionada a um grupo de reitores de IES alemãs que visitará o consórcio em dezembro do mesmo ano. Trata-se do Consórcio de Universidades de Ciências Aplicadas da Alemanha, com quem está prevista a realização de um convênio de parceria de atividades conjuntas. Este consórcio alemão é reconhecido pela sua ênfase no desenvolvimento tecnológico com forte interação no meio social.

Além dessas atividades na busca pela atuação na cooperação internacional, o COUMUNG também busca a formação de redes entre as IES participantes do Consórcio para tratativas conjuntas nos mais variados campos de atuação. Alguns exemplos dessas iniciativas são a Rede de Prosa, onde as emissoras de televisão das instituições comunitárias têm como objetivo potencializar a programação das emissoras e fomentar novas parcerias. Na esfera da pesquisa e da tecnologia, um exemplo a ser citado é o fato das instituições terem formado uma rede própria para desenvolver institucionalmente capacidade de pesquisa e definir estratégias visando à transferência de tecnologia. Para o sistema de avaliação das IES comunitárias, em 1994 foi criado o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul (PAIUNG). Este exemplo de ação cooperada entre as instituições demonstra o objetivo de instalar um sistema participativo de avaliação institucional, estimulando a autoavaliação como uma estratégia para a qualificação de cada uma das IES. Este programa busca através de reuniões,

seminários, debates e publicações, contribuir para o aperfeiçoamento de um sistema de avaliação da educação brasileira.

Na área da Gestão, o COMUNG enfatiza a importância de se discutir a gestão e a inovação nas universidades. Assim, em agosto de 2013 foi realizado o II Seminário do COMUNG que ocorreu durante dois dias. Um dos temas discutidos foi a gestão da sala de aula, buscando trazer a importância de se refletir sobre o impacto das novas tecnologias nas gerações universitárias e renovar as metodologias de ensino. Além disso, o seminário proporcionou uma discussão sobre o currículo acadêmico em tempos de internacionalização do Ensino Superior. Esse tema foi abordado pelo professor Leandro Russovski Tessler, atual docente da Unicamp e reconhecido por ser um importante defensor da internacionalização do sistema de ensino superior brasileiro. Da mesma forma, em setembro deste ano foi realizado o I Fórum de Gestão e Inovação do Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas, abordando como tema o planejamento estratégico em instituições de ensino superior.

A exemplo do COMUNG, instituições comunitárias de outros Estados também têm buscado criar alianças e parcerias focados nos interesses comuns com vistas à maior atuação na esfera nacional e internacional do ensino superior. No estado de Santa Catarina, as instituições comunitárias formam a Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE), integrando por 13 IES comunitárias que somam mais de 130 mil estudantes. Já em nível nacional, a Associação Brasileira de Universidades Comunitárias (ABRUC), criada em 1995 reúne 62 instituições (SCHMIDT, 2009). Além das associações formadas pelas IES comunitárias, há também o Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias (FOREXT), que reúne pró-reitores de extensão e relações comunitárias das IES comunitárias do Brasil. Este fórum possui como objetivo a qualificação dos dirigentes e gestores de extensão das universidades, atuando desde o ano 2000 no país. (ALMEIDA; RIBEIRO, 2009).

4.2 A Universidade Feevale

A Universidade Feevale está situada na cidade de Novo Hamburgo, onde também se deu o início de sua história em 1970. Foi fundada através da Federação de Estabelecimentos de Ensino Superior em Novo Hamburgo e foi elevada à

condição de Centro Universitário em 1999, sendo, onze anos mais tarde credenciada como Universidade. A Feevale se caracteriza como uma instituição comunitária, regional e inovadora, voltada para os interesses da região onde está inserida e busca qualidade de vida, preservação do ambiente e redução das desigualdades e das injustiças sociais. A universidade é mantida pela Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo (ASPEUR), uma entidade comunitária, sem fins lucrativos, que foi constituída pela comunidade regional e que administra a IES desde sua criação

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional 2011-2015 (PDI) da Feevale, um de seus objetivos é ser uma universidade que contribua efetivamente para o crescimento regional nas áreas educacional, tecnológica, cultural, social e econômica. A IES está focada no desenvolvimento local, porém, com o olhar global para contemplar todas as áreas de atuação, constituindo assim, um desenvolvimento integral da sociedade com a perspectiva em sua totalidade.

Considerando a busca pelo seu desenvolvimento institucional e regional, a Feevale possui um planejamento estratégico de acordo com seu compromisso social. Dessa forma, direciona suas estratégias institucionais para o de seu desenvolvimento no intuito de maior representatividade nacional e internacional. Assim, seu PDI tem como base a produção, o desenvolvimento e a difusão do conhecimento através do seu compromisso social. Dentre seus temas estratégicos estão a inovação, a qualidade na formação, o relacionamento institucional e a internacionalização, para assim promover a produção do conhecimento, a formação dos indivíduos e a democratização do saber. Dessa maneira, a Feevale busca contribuir para o desenvolvimento da sociedade e ser uma universidade reconhecida pela produção do conhecimento inovador e empreendedor (PDI FEEVALE 2011-2015, 2010).

No que se refere à oferta acadêmica, a Universidade oferece 53 cursos de graduação, 4 cursos de mestrado e 2 doutorados, totalizando 17.500 alunos matriculados em todos os níveis de ensino. Além disso, por considerar importante o incentivo ao conhecimento de outros idiomas, possui uma escola de idiomas, que contém 599 matrículas. Dessa maneira reforça seu compromisso no desenvolvimento humano e comunitário demonstrando que busca a inserção internacional (FEEVALE, 2013).

O departamento dentro da universidade encarregado por tratar dos assuntos internacionais da IES, é a Diretoria de Relações Internacionais (DRI), criada em 2003. A referida Diretoria tem como base de trabalho o planejamento e a gestão das ações de cooperação internacional e mobilidade acadêmica, além da manutenção e ampliação de convênios internacionais. O setor oferece à comunidade universitária a organização de missões acadêmicas, tecnológicas e empresariais, da mesma forma que busca organizar cursos e eventos de estudos para seus alunos e professores (FEEVALE, 2013).

Informações da DRI destacam que a Feevale direciona suas diretrizes na introdução da dimensão internacional no ensino, na pesquisa e na extensão. Para a Instituição, a cooperação internacional possui um papel relevante na formação discente e na capacitação docente. Da mesma maneira que projetos bilaterais de pesquisa e transferência tecnológica são exemplos de ações cooperadas que a Instituição busca fomentar (FEEVALE, 2013).

4.3 A Universidade de Caxias do Sul

A Universidade de Caxias do Sul (UCS) possui seu campus sede na cidade de Caxias do Sul, além das outras 8 unidades acadêmicas localizadas nas cidades de Bento Gonçalves, Vacaria, São Sebastião do Caí, Canela, Farroupilha, Guaporé, Nova Prata e Veranópolis. Por meio dessa abrangência, a UCS é reconhecida como a Universidade Comunitária da região serra gaúcha. A instituição foi criada em 1967, possuindo como mantenedora a Associação Universidade de Caxias do Sul. Contudo, em 1974, após um período de crise financeira e de reestruturação administrativa, a associação mantenedora da IES foi transformada na Fundação Universidade de Caxias do Sul. Essa por sua vez, passou a ser identificada como uma entidade jurídica de Direito Privado, sem fins lucrativos, fortalecendo jurídica e administrativamente a IES evidenciando seu caráter comunitário. Como forma de ampliar e fortalecer as relações da instituição com a comunidade, em 1987 foi criada a Coordenadoria de Assuntos Comunitários (UCS, 2013).

Focada no conhecimento, a UCS estabelece alguns princípios para alcançar sua missão de produzir, sistematizar e socializar o conhecimento com qualidade e para o desenvolvimento sustentável. Estes princípios levam em consideração o respeito à pessoa, a responsabilidade social, a qualificação institucional, a inovação,

a inserção local e global, a gestão democrática, o compromisso com o meio ambiente e sustentabilidade e autonomia.

A UCS oferece atualmente 80 cursos de graduação com mais de 30.000 alunos matriculados nos cursos ofertados. Além de ofertar 13 distintos programas de pós-graduação de mestrado e doutorado. A universidade também é responsável pelo Parque Científico e Tecnológico da Serra do Rio Grande do Sul (TecSerra) que constitui uma iniciativa da própria instituição com apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia como iniciativa do interesse da IES em inovar através do desenvolvimento tecnológico. Igualmente, a universidade demonstra seu comprometimento com a internacionalização por meio da intensificação de ações em âmbito internacional. Nos anos 1980 uma série de estratégias foram implementadas pela IES na busca da sua regionalização e fortalecimento institucional com perspectivas internacionais. Naquele momento foi criado um novo slogan da universidade “com os pés na região e os olhos no mundo” (UCS, 2013). Além dessa iniciativa, vários projetos como a ampliação do ambulatório central (1982), a criação do Museu de Ciências Naturais (1984) e a criação da Coordenadoria de Assuntos Comunitários (1987) demonstram o empenho da universidade em dar início e em efetivar seus projetos para a implantação de seus objetivos institucionais perante a comunidade regional e internacional.

O departamento dentro da IES responsável pelos assuntos internacionais é a Assessoria de Relações Interinstitucionais e Internacionais (ARINT). Essa assessoria considera necessário que toda a universidade intensifique suas ações no âmbito internacional e, para tanto, busca ampliar suas parcerias com instituições estrangeiras para favorecer a mobilidade acadêmica internacional para seus professores, alunos e gestores de todas as áreas acadêmicas. A ARINT faz parte da universidade desde 1996 e busca manter e ampliar a política de intercâmbio institucional, dentro e fora do Brasil. Da mesma forma que coordena as ações no âmbito da cooperação institucional, promovendo a troca de experiências entre estudantes, professores, pesquisadores e gestores através de intercâmbios, cursos, eventos, bolsas de estudos e estágios com instituições estrangeiras. Também procura viabilizar juntamente com outros setores da universidade, a concretização de Acordos de Cooperação, sejam bilaterais ou multilaterais com IES estrangeiras (UCS, 2013).

4.4 O Centro Universitário Univates

O início da história do Centro Universitário Univates se deu com a oferta de cursos superiores em janeiro de 1969, quando foram lançados os primeiros cursos de Letras, Ciências Econômicas e Ciências Contábeis. A Univates passou a ser credenciada como Centro Universitário, em 1999, e após um ano foi criada a Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social (Fuvates), que se tornou a mantenedora da IES. Atendendo à região do Vale do Taquari, a Univates possui duas unidades acadêmicas na região sendo estas o campus de Lajeado e o campus de Encantado. Sem fins lucrativos, o Centro Universitário Univates é uma instituição democrática e voltada às questões comunitárias que se integram com as questões regionais (UNIVATES, 2013).

A Univates tem como princípio a pluralidade sem oferecer prejuízo da individualidade do ser humano, defendendo liberdade de participação, postura crítica, inovação permanente nas diferentes áreas da atividade humana e o desenvolvimento associativo e sustentável. Dessa maneira, interage com a construção de conhecimento entre universidade e sociedade. Busca também em seus princípios e missão como instituição universitária, gerir e difundir o conhecimento técnico-científico e humanístico, considerando as particularidades e as necessidades da realidade regional, sem perder o foco no contexto universal. Em prol desse seu comprometimento com a região, a IES direciona seu empenho para o desenvolvimento de programas voltados à comunidade em situação de risco social, como exemplo o Projeto de Ações Comunitárias (PAC).

O Centro Universitário Univates também volta suas ações para a responsabilidade social, tornando esse conceito compromisso da Universidade. Da mesma maneira, visa contribuir com o desenvolvimento, bem-estar e melhoria da qualidade de vida de funcionários, alunos e comunidades situadas no campo de atuação da Instituição.

A Instituição oferta 43 cursos de graduação, atingindo o total de 9.008 estudantes. Também oferece 5 cursos de pós-graduação, 4 mestrados e 1 doutorado. Além da oferta de ensino em nível de graduação, a IES também mantém o Centro de Educação Profissional (CEP) que oferece cursos de curta duração focados em uma área profissional (UNIVATES, 2013).

A Univates procura instigar a busca por informações e inovações considerando o atual cenário globalizado e a necessidade de profissionais capacitados. Por isso, a IES possui uma assessoria específica para o controle e assistência aos assuntos internacionais da instituição, para que assim, a comunidade acadêmica possa buscar capacitação internacional. A Assessoria para Assuntos Interinstitucionais e Internacionais procura oferecer oportunidades aos alunos da IES no intuito do seu aprimoramento profissional, buscando preparar seu estudante através do conhecimento de mais de um idioma e do conhecimento de novas culturas. Da mesma forma, a IES não foca somente nos estudantes, mas também, busca parcerias com outras instituições de ensino, agências de intercâmbio, órgãos empresariais e governamentais para que sejam desenvolvidas atividades acadêmicas, como palestras, cursos de língua estrangeira e atividades de pesquisa que possam ser ofertadas à comunidade acadêmica (UNIVATES, 2013).

4.5 A Universidade do Vale do Rio dos Sinos

A UNISINOS se caracteriza pela sua história Jesuíta, quando em 1969 foi oficialmente fundada a Universidade do Vale do Rio dos Sinos na cidade de São Leopoldo, tendo como seu primeiro Reitor o Pe. João Oscar Nedel. Desde seu princípio, a Universidade foi caracterizada como uma Instituição comunitária reconhecida pelo seu caráter inovador. Atualmente a IES é mantida pela Associação Antônio Vieira, certificada como Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS).

A Instituição possui duas unidades acadêmicas principais de atuação nas cidades de São Leopoldo e Porto Alegre. Contudo, além dessas duas unidades, a IES também está presente com atividades de extensão nas cidades de Canoas, Caxias do Sul e Bento Gonçalves. A IES também possui 5 institutos tecnológicos organizados em conformidade com os sistemas Nacional e Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação. Os institutos reforçam o foco estratégico da Instituição que está direcionado à prestação de serviços de necessidades de pesquisa, desenvolvimento e inovação de empresas e organizações. Assim, a Universidade através de seus institutos tecnológicos, atua como parceira de empresas e organizações, buscando contribuir para a sustentabilidade do Estado e do país.

Relativo à oferta de formação, a Unisinos possui 68 cursos de graduação em andamento, totalizando 25.963 alunos matriculados. Além disso, oferece 19 cursos de mestrado e 14 cursos de doutorado nos quais há o total de 1.405 alunos vinculados (UNISINOS, 2013).

Em 1995 a IES obteve um aumento significativo no número de docentes mestres e doutores, da mesma maneira que foi naquele ano que se deu a criação oficial do Instituto Unilínguas. Esse departamento é responsável pela oferta de cursos regulares de idiomas, como inglês, alemão, espanhol, francês, italiano, mandarim e português para estrangeiros. Além disso, o Unilínguas organiza viagens de estudo, serviços de tradução, testes de nivelamento do conhecimento de outro idioma entre outras atividades pertinentes à sua função (UNISINOS, 2013).

Na Unisinos, o processo de internacionalização está focado na mobilidade acadêmica de docentes e discentes, ofertando a dupla titulação, convênios e parcerias com universidades estrangeiras e empresas. A instituição considera a internacionalização um processo necessário e que agrega valor na formação do aluno e do professor. Para tanto, a IES tem buscado cada vez mais novos espaços para a projeção internacional da universidade para assim, se tornar cada vez mais uma instituição de ensino internacional. Esse compromisso está vinculado à Assessoria de Relações Internacionais e Desenvolvimento (ARID), que busca desenvolver a internacionalização da universidade (UNISINOS, 2013).

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A análise de como o tema da cooperação tem sido utilizada nas ações entre instituições do COMUNG, objeto deste estudo, desenvolve-se a partir da proposta teórica de Sebastián e suas 5 etapas: 1- estratégias para a cooperação internacional; 2 - atividades de cooperação internacional; 3 - financiamento da cooperação internacional; 4 - resultados da cooperação internacional e 5 - fragilidades e alterações.

Com base nos dados apresentados no capítulo anterior relativo à apresentação do COMUNG e das IES pesquisadas, faz-se uso do conteúdo obtido por meio dos questionários aplicados durante a pesquisa de campo. Juntamente com a análise de cada uma destas 5 etapas que são avaliadas separadamente faz-se o uso do Guia de Avaliação da Cooperação Internacional das Universidades de Sebastián (2004). Realiza-se, assim, uma análise dos dados das IES pesquisadas, do próprio COMUNG e do referencial teórico que balizou este estudo. Há que se destacar que, em apenas duas universidades, retornaram o questionário, sendo uma delas por completo e o outro parcial. O retorno parcial da IES foi utilizado no capítulo 4 deste trabalho, pois este se deu apenas sobre as características da instituição. Nas demais, não houve retorno o que, infelizmente, não possibilitou uma percepção ampla de todos os aspectos pesquisados. Sendo assim, foi necessária uma adequação analítica que passou a considerar além das respostas, os dados de documentos institucionais das universidades e do COMUNG para o entendimento da cooperação para a internacionalização entre o Consórcio e as IES comunitárias. Como exemplo, foi utilizado o PDI das instituições disponibilizado no endereço eletrônico das mesmas, pois, traça os planos estratégicos de todos os assuntos da instituição com o planejamento para a consolidação em até cinco anos. Este documento é o guia para a consolidação das estratégias institucionais. Assim, considera-se o PDI como referência para normativas e regramentos que influenciam na cooperação internacional, item necessário para o conceito de Sebastián (2004) à consolidação da internacionalização institucional. De todo modo, o Apêndice D traz um resumo dos retornos diretos obtidos pelas IES.

Torna-se, igualmente importante mencionar que no intuito de proteger a identidade de cada uma das IES na análise de suas respostas, optou-se por

denominá-las, sequencialmente, como Instituição A, Instituição B, Instituição C e Instituição D.

O referencial teórico utilizado defende que os planos estratégicos para a internacionalização devem ficar de posse a uma unidade específica dentro da universidade. Dessa forma, o questionário foi aplicado ao gestor (a) de cada setor vinculado aos assuntos internacionais e de posse dos dados sobre a internacionalização de cada IES.

Pertinente à avaliação institucional, o autor define alguns aspectos a serem tomados como referências à análise:

1. Normativas e regimentos que influenciam na cooperação internacional;
2. Planos e políticas para a cooperação internacional;
3. Marco organizacional e da gestão;
4. Percepção sobre a cooperação internacional na comunidade acadêmica;
5. Mapa geral de atividades de cooperação internacional;
6. Resultados e impactos da cooperação internacional;
7. Fortalezas e debilidades do modelo e as características da cooperação internacional;

Sendo assim, esses aspectos também guiam a avaliação das ações cooperadas nas IES e foram levados em consideração pela autora deste trabalho como forma de melhor definir sua resposta para o problema de pesquisa proposto.

As características de cada instituição e a caracterização da unidade de gestão da cooperação internacional dentro de cada IES, informações referenciadas no Guia disposto no Apêndice A, estão disponibilizadas no capítulo 4 desta pesquisa. Essas informações não foram analisadas pelo entendimento de que são características físicas, não alterando o resultado das ações cooperadas nas IES.

Diante do exposto, a análise é desenvolvida conforme etapas do proposto teórico.

1- Estratégias para a cooperação internacional

Foi possível identificar que a instituição A possui o tema da internacionalização como parte integrante do seu PDI, pois, está entre um dos temas estratégicos da instituição. O documento ressalta que a cooperação acadêmica internacional entre as instituições vem adquirindo importância no papel das IES, pois, a globalização da economia está colocando os países em outra perspectiva de relações internacionais. O documento também enfatiza que a Instituição A não está

preocupada somente com a inserção regional, mas também busca a inserção internacional para maior representatividade e qualificação do ensino uma vez que:

A perspectiva regional não exclui a política de cooperação acadêmica internacional. Esta ocupa um lugar e um espaço prioritário do fazer universitário, incentivando e viabilizando o intercâmbio de docentes e pesquisadores, intercâmbio de estudantes (mediante viagens de estudo), intercâmbio de informações e publicações, mas, fundamentalmente, mediante o desenvolvimento de projetos conjuntos de pesquisa (PDI INSTITUIÇÃO A 2011-2015, 2010, p.46).

Da mesma forma, segundo o retorno obtido pela Instituição A, há uma preocupação institucional em realizar atividades de cooperação e que estas integram as políticas institucionais:

A universidade realiza mudanças em seu planejamento estratégico a cada cinco anos. Neste período metas são traçadas para que, por exemplo, novas parcerias sejam firmadas, incremento na mobilidade docente e discente, para que novos projetos de pesquisa sejam realizados, para que disciplinas sejam ministradas em língua inglesa (RESPOSTA INSTITUIÇÃO A).

Além disso, a Instituição A busca qualificação acadêmica através da cooperação internacional e considera “necessário que o aluno conheça o mundo e, para que isso ocorra, a instituição tem se dedicado à consolidação de uma rede de cooperação internacional” (PDI INSTITUIÇÃO A 2011-2015, 2010, p. 231).

Promovendo o papel das IES comunitárias e indo ao encontro do que Sebastián (2004) define sobre o desenvolvimento social regional, a Instituição A também busca estrategicamente através da cooperação internacional, proporcionar desenvolvimento humano e social da região onde está inserida:

O estímulo à cooperação internacional através do estabelecimento de protocolos que contemplem os objetivos de vários países nas áreas de educação, cultura, ciência e tecnologia, em busca da diminuição das disparidades entre os países e entre as regiões (PDI INSTITUIÇÃO A 2011-2015, 2010, p.63).

Da mesma forma, a IES ainda possui objetivos que estão na busca recorrente de firmar novas parcerias para incrementar a mobilidade docente e discente, para que assim, possa proporcionar maiores oportunidades de ensino à comunidade acadêmica. Da mesma forma, através dessas parcerias, procura a transferência de conhecimento para melhorias sociais da comunidade como um todo. O intuito de consolidar novos projetos de pesquisa para que sejam realizadas disciplinas ministradas em língua inglesa, também confere à Instituição A o grau de

comprometimento com a oferta de novas oportunidades e o compromisso com a busca pela qualificação acadêmica.

Apesar da Instituição A não possuir um comitê *ad hoc* para a política de cooperação internacional, como Sebastián (2004) prevê para a melhor construção das estratégias institucionais para a cooperação, esta IES possui objetivos específicos voltados para a cooperação internacional planejados em seu PDI. Além disso, considera que a cooperação internacional se estabelece a partir de acordos entre instituições com mútuo interesse em colaborar nos mais diversos níveis de ensino, pesquisa e extensão, conceito proposto por Sebastián (2004), onde a cooperação se estabelece através de mútuo interesse.

Diante do exposto, é possível perceber que a Instituição A possui planos e políticas para a cooperação internacional que estão definidos como estratégias institucionais. Conforme o proposto teórico utilizado, essa definição das políticas para a cooperação é essencial para posterior efetivação das ações e conseqüentemente internacionalização institucional. No entanto, muito embora haja estratégias claras na Instituição A para a cooperação e internacionalização, não há indicadores que da mesma forma seja realizada ações estratégicas para a cooperação entre IES da região, como por exemplo com o COMUNG.

Em decorrência do não recebimento de retorno direto das demais IES foi possível somente verificar as estratégias estabelecidas em seus documentos disponibilizados através do endereço eletrônico. Sendo assim, a Instituição B possui no resumo de seu PDI 2010-2014 a definição de programas, políticas e projetos para alavancar a “internacionalização” da IES. No entanto, o documento não cita essas estratégias. Já a Instituição C, possui um Guia de Orientações para Assinatura de Convênios Internacionais. Neste guia, a IES faz uso da cooperação internacional no intuito de integrar e interagir com a comunidade acadêmica científica internacional, reforçando que na última década a IES:

Passou a valer-se da cooperação acadêmica internacional como instrumento e estratégia para o melhor cumprimento de sua missão social, especialmente no estabelecimento de alianças sólidas entre as instituições congêneres, sejam elas universidades, institutos, sejam centros de pesquisa, bem como com o setor empresarial (GUIA DE ORIENTAÇÕES PARA ASSINATURA DE CONVÊNIOS, [s/d], p. 3).

Para viabilizar essas parcerias, a Instituição C busca a inserção em redes de cooperação acadêmica, desde redes com IES latino-americanas até redes

internacionais que possuam representatividade nos demais continentes. Assim, a IES procura solidificar sua internacionalização.

Sobre as estratégias para a cooperação internacional da Instituição D não foram encontrados dados em seus documentos institucionais disponibilizados.

2 - Atividades de cooperação internacional

Considerado a premissa de Sebastián (2004), relativo à maior probabilidade de sucesso em suas ações, é necessário que dentro das instituições haja um único departamento responsável pelas ações de cooperação internacional e que este possua definido quais são suas atribuições e atividades a desenvolver. Assim, relativo às efetivas atividades desenvolvidas pelo departamento responsável pelos assuntos internacionais da Instituição A, primeiro fez-se a comparação das respostas recebidas sobre as funções atribuídas ao departamento e suas reais atividades desenvolvidas atualmente. Nessa análise, percebe-se que o departamento está atuando conforme suas atribuições. Ou seja, realiza as atividades que a ele compete.

Inserir a instituição em redes de cooperação universitária internacional; manter e ampliar convênios internacionais; consolidar a imagem institucional no cenário acadêmico; desenvolver projetos no âmbito de cooperação bilateral; apoiar a organização de missões acadêmicas, tecnológicas e empresarias; promover a troca de experiências entre a comunidade acadêmica e os correlatos de instituições estrangeiras, através de intercâmbios, cursos, eventos, bolsas de estudo e estágios (RESPOSTA INSTITUIÇÃO A).

Mediante a busca pela Instituição A em manter parcerias internacionais, destacam-se os 72 acordos de cooperação internacional existentes com 23 diferentes países. Por meio dessas informações destaca-se que a referida instituição não está focada em somente uma cultura, mas sim, busca diversidade intercultural na tentativa de poder ofertar variadas oportunidades à comunidade acadêmica. De acordo com as respostas obtidas é através desses acordos de cooperação que a Instituição A oferta atividades internacionais para a sua comunidade acadêmica, “as atividades são representadas através de intercâmbios bilaterais, viagens de curta duração, intensivos de idiomas, participação em congressos/seminários com as instituições parceiras” (RESPOSTA INSTITUIÇÃO A). Da mesma forma, é possível verificar a diversificação de informações e experiências de ensino para a efetiva aplicação na comunidade. Essa tentativa de diversificação para a troca de experiências e seu posterior aproveitamento para o crescimento institucional está

disposto em seu PDI como objetivo institucional de extensão: “Estimular a divulgação e a troca de experiências com outras instituições de ensino e setores organizados da sociedade do âmbito regional, nacional e internacional” (PDI INSTITUIÇÃO A 2011-2015, 2010, p.151).

Relacionado às atividades desenvolvidas destaca-se a atuação do corpo docente da Instituição A, uma vez que Sebastián (2004) define que a qualidade acadêmica vinculada à internacionalização institucional está relacionada à qualificação dos docentes em uma IES, da mesma forma que define que um dos indicadores de internacionalização institucional é a mobilidade de professores. Sobre esse aspecto “nos últimos 3 anos diversos professores, 30%, participaram de atividades de cooperação internacional (visitas técnicas, aulas em cursos de graduação e pós-graduação, participação em congressos/seminários, cursos de pós-doutorado)” (RESPOSTA INSTITUIÇÃO A). Assim, a IES visa o aperfeiçoamento do docente para que ele possa transmitir seu conhecimento adquirido dentro da IES.

Já em relação ao corpo discente, a IES informou que em torno de 5% dos estudantes realizaram algum tipo de atividade de cooperação internacional nos últimos três anos. Entre as atividades desenvolvidas estão viagens de curta duração, viagens de idiomas, intercâmbios de graduação bilateral e obtenção de bolsas de estudos pelo CsF.

Dessa forma, constata-se que o mapa geral de atividades de cooperação internacional estabelecido pela Instituição A está de acordo com suas atribuições. Da mesma maneira é possível identificar que a referida instituição possui um marco organizacional e de gestão sobre a cooperação internacional.

Sobre as demais IES, nos documentos específicos da Instituição B não foram localizadas as atividades realizadas no âmbito da cooperação internacional. Já em relação à Instituição C, seu Guia de Orientações para Assinatura de Convênios Internacionais destaca os mais de 100 acordos de cooperação da IES com entidades dos cinco continentes. Ou seja, há muitas possibilidades de ações conjuntas para o desenvolvimento de atividades internacionais. Dentre essas atividades, o mesmo documento ressalta o investimento por parte da IES em possibilitar mobilidade de seus professores, pesquisadores, alunos e gestores acadêmicos, otimizando as oportunidades de qualificação no mercado mundial.

Em relação à Instituição D, no seu Balanço Social¹⁵ de 2012, há apontamentos sobre o Programa de Dupla Titulação nos cursos de Licenciatura. Há referência de que há oferta de 11 opções de instituições internacionais para os estudantes desses cursos realizarem 2 anos de formação no exterior, e assim, obterem a dupla titulação.

Considerando as atividades realizadas juntamente com o COMUNG, efetivamente não há registro de atividades de cooperação entre as IES participantes do Consórcio.

3 - Financiamento da cooperação internacional

Sobre os instrumentos financeiros, Sebastián (2004) propõe que podem existir diversas fontes de financiamento para a cooperação internacional de uma IES, havendo fontes externas e internas de recursos. Além de ser necessária uma fonte específica da IES voltada para as ações cooperadas, o autor define que “a intensidade da cooperação depende fundamentalmente das capacidades de negociação para a obtenção de recursos externos”¹⁶ (SEBASTIÁN, 2004, p. 119). Mediante essa consideração, percebe-se que a Instituição A possui uma verba específica destinada às atividades de promoção à cooperação internacional e voltada para o desenvolvimento de atividades que a IES designa como missões internacionais. Apesar de a Instituição A ter em seu PDI contemplado a busca por novas alternativas de financiamento aos acadêmicos em seus objetivos institucionais, nota-se que essa não é uma tarefa fácil de se consolidar nesta IES uma vez que além do recurso interno, a referida instituição apenas demanda recursos por agências e órgãos de fomento do Governo Federal. Percebe-se, pois, que o objetivo principal do COMUNG de “alcançar maior representatividade perante organismos financiadores internacionais, pela capacidade de integração político-institucional” (COMUNG, 2013) ainda não foi alcançado uma vez que a adesão ao Consórcio não efetiva esse objetivo à Instituição A. Neste aspecto, a Instituição A ao ser questionada sobre sua participação no Consórcio e se ela representava efetivamente maior alcance de financiamentos externos para a internacionalização institucional, a resposta obtida foi de que essa finalidade “não se aplica” (RESPOSTA INSTITUIÇÃO A).

¹⁵ Documento que resume as principais ações realizadas pela IES em um determinado ano.

¹⁶ Tradução livre.

Sobre as demais IES pesquisadas não foi possível realizar nenhuma análise de seus dados em caráter de financiamento para a cooperação internacional, pois, os documentos institucionais disponíveis não enfatizam essa característica. Como também, não houve retorno do questionário aplicado com questões referentes aos meios de financiamento para o processo de internacionalização institucional.

4 - Resultados da cooperação internacional

Para a avaliação dos resultados de cooperação, Sebastián (2004) define que se trata de um processo da avaliação das estratégias, programas e atividades desenvolvidas, viabilidade e pertinência dos objetivos institucionais e a aplicação efetiva do propósito da instituição de ensino superior. Isto é, avaliar a intensidade de cooperação internacional implica em um processo de análise dos resultados e impactos no contexto da instituição de ensino superior.

Sendo assim, para a Instituição A os cinco principais resultados obtidos nos últimos três anos na IES foram:

O incremento considerável nos números de mobilidade docente e discente; a participação em programas internacionais financiados por órgão de fomento; o Seminário Internacional Estratégico entre Brasil-China-Dinamarca-Finlândia; o aumento do número de convênios internacionais; programas de dupla-titulação (RESPOSTA INSTITUIÇÃO A).

Sobre os resultados obtidos pela Instituição A após fazer parte do COMUNG, a IES afirmou que “a instituição possui convênio oriundo dessa parceria” (RESPOSTA INSTITUIÇÃO A). Por isso, a Instituição A afirma que a participação ao Consórcio trouxe benefícios à IES em âmbito internacional.

Na busca por dados quantitativos dos possíveis resultados de cooperação internacional das IES estudadas, na Instituição A foi possível encontrar dados de 2010, 2011 e 2012 através dos Relatórios de Responsabilidade Social disponibilizados pela própria IES em seu endereço eletrônico. Sendo assim, verificou-se que desde 2010 a referida instituição vem consolidando novos convênios de parcerias internacionais. Segundo o referido relatório correspondente ao ano de 2010, a Instituição A contava com 60 instituições parceiras em 17 diferentes países. Esse dado manteve-se até 2011, porém, em 2012 o número de

parceiros aumentou para 70 em 22 diferentes países¹⁷ e teve dois novos convênios em 2013.

Apesar de se perceber o aumento dos resultados em parcerias internacionais da Instituição A, foi possível identificar que desde 2010 não há de fato um incremento nos números de mobilidade discente. Mesmo sem a padronização dos dados disponibilizados, os números salientam que em 2010 o total de discentes envolvidos em atividades de intercâmbio foram 155. Já no ano seguinte, os dados sobre intercâmbios apresentados no Relatório de Responsabilidade Social de 2011 contemplam apenas o nível da graduação. Estes dados apontam que 35 alunos de graduação participaram de atividades de intercâmbio. Contudo, em 2012, os dados quantitativos apresentados são divididos em quatro modalidades de intercâmbio: Bilateral receptivo; Bilateral emissivo; Ciência sem Fronteiras e Intercâmbio de Extensão¹⁸. Entre essas modalidades, o total de alunos envolvidos resulta em 105.

Mediante esses dados que podem ser utilizados como indicadores de internacionalização conforme Sebastián (2004), não fica claro o real aumento quantitativo nos resultados da cooperação internacional por parte da Instituição A.

A respeito das demais IES pesquisadas não foi encontrado em seus documentos institucionais dados quantitativos referentes às atividades realizadas no âmbito da cooperação internacional. Sendo assim, não foi possível realizar o cruzamento de dados.

5 - Fragilidades e alterações

Conforme Sebastián (2004), a avaliação institucional sobre as fragilidades e alterações a serem realizadas em uma IES, deve se basear por alguns aspectos, como: cumprimento dos objetivos e metas, funcionalidade, eficácia e grau de utilização. Então, se buscou saber as possíveis fragilidades existentes nas IES e as alterações a serem realizadas para a obtenção de um melhor resultado da cooperação internacional. No retorno obtido pela Instituição A percebe-se que as ações desenvolvidas pela IES estão de acordo com as estratégias institucionais, não havendo assim, do ponto de vista da referida IES, entraves à cooperação

¹⁷ A saber: Alemanha, Argentina, Bélgica, Canadá, Chile, China, Colômbia, Coreia do Sul, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Holanda, Itália, Japão, México, Moçambique, Paraguai, Portugal, Reino Unido e Uruguai.

¹⁸ Países envolvidos nas modalidades de intercâmbio: Bilateral receptivo (recepção de estrangeiros): Chile, Espanha, Finlândia, México e Portugal; Bilateral emissivo (discentes da IES para o exterior): Argentina, Chile, Espanha, Itália e Portugal; CsF: Alemanha, Austrália, Canadá, Estados Unidos, Finlândia, Itália, Portugal e Reino Unido; Intercâmbio de Extensão: Alemanha, Argentina, Chile, Irlanda e Uruguai.

internacional uma vez que “está em acordo com nosso Planejamento Estratégico” (RESPOSTA INSTITUIÇÃO A). Por isso, a Instituição A foi direta em responder que não há entraves para a cooperação internacional, uma vez que seus objetivos estão sendo atingidos.

Sobre a estruturação das atividades cooperadas em nível institucional, Sebastián (2004) propõe que há a necessidade de uma padronização e um marco organizacional das atividades de cooperação internacional. A organização dessa maneira fornece um melhor controle das ações, bem como, potencializa os projetos de ações conjuntas com outras IES. Nessa perspectiva, a Instituição A “adota modelos de convênios internacionais, cada novo pedido é julgado pelo Conselho Superior Universitário” (RESPOSTA INSTITUIÇÃO A). Considerando que “a cooperação internacional está a serviço da internacionalização da instituição” (RESPOSTA INSTITUIÇÃO A), conclui-se que a referida IES não possui alterações a serem realizadas em suas ações cooperadas, tendo em vista que suas estratégias estão em conformidade com o modelo pré-estabelecido de suas metas.

As fortalezas e fragilidades dos modelos adotados pelas Instituições B, C e D, não foram passíveis de análise por não terem retornado o questionário aplicado. Sem esse retorno, não é possível averiguar a necessidade ou não de alterações a serem realizadas internamente na gestão das IES voltada à atuação cooperada estimulando a sua internacionalização.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos dois principais propósitos deste trabalho, foi possível identificar alguns elementos importantes de conclusão. Com base no primeiro propósito de verificar a efetiva utilização de ações cooperadas nas instituições de ensino superior para a sua internacionalização institucional, destacam-se importantes constatações. O primeiro elemento identificado decorre do fato de apenas uma instituição pesquisada ter retornado o questionário completo. Frente a isso, considera-se que, entre outros, as instituições possuem um insipiente comprometimento no desenvolvimento de pesquisas voltadas à internacionalização e à cooperação. Da mesma forma se pode associar a uma falta de interesse em realizar uma autoavaliação institucional sobre o tema que, por sua vez, é necessária de acordo com Sebastián (2004) para melhorias no processo da internacionalização institucional.

De todo modo, através do retorno obtido por uma das IES pesquisadas e da análise dos documentos institucionais, percebe-se como segundo elemento conclusivo de que o processo de internacionalização está presente nos objetivos da instituição. Isto é, há um comprometimento através da elaboração de políticas institucionais para que o processo de internacionalização seja efetivado.

Contudo, um terceiro fator a considerar e que está vinculado à importância do tema da internacionalização em âmbito institucional, refere-se à percepção de que este processo ainda é novo e desenvolvido de distintas formas nas IES. Percebe-se, assim, que em decorrência das particularidades no desenvolvimento institucional de cada IES, essas por sua vez, adotam indicadores que melhor se adequam à sua realidade, possibilitando um desequilíbrio nas ações cooperadas. Fato este que dá origem à falta de padronização entre as IES e dos indicadores de internacionalização, destacado por Sebastián (2004), como um importante elemento a ser melhorado na atuação das universidades em prol da cooperação para a internacionalização. Dessa forma, a falta de padronização do processo como um todo faz com que cada instituição proceda de forma individual e diferente conforme o seu entendimento para obter melhores resultados e fragiliza a atuação em um sistema consorciado.

Relativo ao segundo propósito de análise, sobre o fomento às atividades de cooperação de IES participantes de consórcios universitários para maior

representatividade internacional, surgem novas constatações. Percebe-se que não há um retorno efetivo às instituições consorciadas ao COMUNG relativo à representatividade internacional. Reflexo disso é a não articulação em nível COMUNG de ações entre gestores internacionais à promoção cooperada da internacionalização das IES. Muito embora algumas dessas instituições tenham crescente interação internacional, percebe-se que este fluxo ainda é excludente às interações cooperadas com instituições da região do Rio Grande do Sul e consorciadas ao COMUNG. Isto é, ainda não há ações de impacto internacional entre as próprias IES da região sendo desenvolvidas, o que pode ser entendido como uma lacuna para a realização de projetos em um contexto de cooperação para a promoção da internacionalização. Dessa forma, o objetivo proposto pelo COMUNG não é efetivo e ainda precisa ser amplamente desenvolvido. Além disso, o tema da internacionalização associado à cooperação universitária parece ter mais importância no âmbito da ação bilateral que multilateral e ainda mais em âmbito internacional que local. Assim, percebe-se que, nem todas as IES possuem o processo de internacionalização como elemento preponderante à sua atuação no desenvolvimento da comunidade, tornando-se, assim, algo a ainda ser construído.

Um fator relevante para que não haja efetivas ações de cooperação entre as IES consorciadas ao COMUNG, pode estar vinculado à existência de competição entre as IES participantes do consórcio. Por estar inseridas em uma pequena região geográfica a concorrência pode existir em diferentes aspectos, podendo assim, haver falta de interesse na realização de ações conjuntas que visem o benefício mútuo.

Acredita-se que ações como a criação do PL das comunitárias devem ser seguidas e institucionalizadas pelas IES para que sua importância perante a comunidade regional, nacional e internacional seja reconhecida. Da mesma forma, percebe-se que as IES devem fundamentar junto ao poder público, a criação de diretrizes e políticas públicas de promoção e desenvolvimento da internacionalização institucional por meio da cooperação, uma vez que esse processo promove a instituição e proporciona a qualificação acadêmica.

Além disso, acredita-se que novos estudos com distintas abordagens podem identificar outros aspectos igualmente importantes à compreensão da cooperação para a internacionalização o âmbito das IES do COMUNG. Também, compreende-se que análises comparativas desse processo podem se tornar vulneráveis pela

ausência de um padrão de indicadores. Para tanto, é muito importante o desenvolvimento de estudos sobre esta temática como forma de identificar caminhos ao avanço do processo de internacionalização por meio da cooperação em todas as IES pertencentes ao COMUNG.

REFERÊNCIAS

- ABRUC, Associação Brasileira das Universidades Comunitárias. **Homepage oficial da Associação com informações gerais sobre**. Disponível em: <www.abruc.org.br>. Acesso em: 11 mai. 2013.
- ALMEIDA, L. P.; RIBEIRO, E. A. **A pertinência da extensão ao processo de inovação da educação superior**. Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias. Brasília, 2009.
- ALMEIDA, N. F.; SANTOS, B. S. **A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova**. Coimbra: Almedina, 2008.
- BOVE, L. A. Uma visão histórica do ensino jurídico no Brasil, **Revista da Faculdade de Direito**, São Paulo, Universidade Metodista, v. 3, n. 3, 2006, pp. 115-138.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6. ed. Tradução de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHERMANN, Luciane de Paula. **Cooperação Internacional e Universidade: Uma nova cultura no contexto da globalização**. São Paulo: Editora da PUC-SP, 1999.
- COMUNG, Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas. **Homepage oficial do Consórcio com informações gerais sobre**. Disponível em: <www.comung.org.br>. Acesso em: jun. 2013.
- CRUZ, Tadeu. **Sistemas, métodos e processos: administrando organizações por meio de processos de negócios**. São Paulo: Atlas, 2003.
- CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas**. São Paulo: Editora da UNESP, 2007.
- DURHAN, Eunice Ribeiro. **Uma Política para o Ensino Superior Brasileiro: Diagnóstico e Proposta**. São Paulo: NUPES, Documento de Trabalho 01, 1998.
- ELZINGA, Aant. **Ciência, política e relações internacionais: ensaios sobre Paulo Carneiro**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz e Unesco, 2004. In: Maio (org.).
- FEEVALE, Universidade. **Homepage oficial da instituição com informações gerais sobre**. Disponível em: <www.feevale.br>. Acesso em: set. 2013.
- GENTILI, P.; CAMACHO, H. Cooperação Educativa Iberoamericana, **Revista Iberoamericana de Educação**, Madrid/Buenos Aires, CAEU/OEI, n. 61, 2013, pp. 7-14.
- KEOHANE, Robert O. **After Hegemony: Cooperation and Discord in the World political Economy**. Princeton New Jersey: Princeton University Press, 1984.
- KNIGHT, J. **Educação Superior na América Latina: A Dimensão Internacional**. Colômbia: Editora Mayol, 2005.

LAZZARI, Ney José. **Discurso de Abertura do II Seminário do COMUNG: Em uma época de mudanças, como fica a sala de aula?** Centro Universitário UNIVATES, 2013.

MARIN, R.E.A.; BRASIL, W. **Internacionalização da Educação Superior no Brasil.** Relatório Final UNESCO, Convênio IESALC-UNAMAZ, n. 886446.3. Belém, 2004.

MINGST, Karen A. **Princípios de Relações Internacionais.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

MEC, Ministério da Educação. **Homepage oficial do Ministério com informações gerais sobre.** Disponível em: <portal.mec.gov.br>. Acesso em: 18 mai. 2013.

NOGUEIRA, João Pontes. **Instituições internacionais: comércio, segurança e integração.** Belo Horizonte: Editora da PUC-Minas, 2003. In: Nogueira (org).

NUNES, Ana Karin. **Avaliação da Comunicação Universidade-Sociedade: gestão de relacionamentos face aos agentes com influência.** 2012. 151f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação – Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

OLIVEIRA, Renato de; VARIS, Tapio. **As IES comunitárias do RS em face do imperativo do desenvolvimento regional: tendências e perspectivas.** Caxias do Sul: COMUNG, 2012.

PECEQUILO, Cristina S. **Introdução às relações internacionais: temas, atores e visões.** Petrópolis: Vozes, 2004.

QIANG, Zha. Internationalization of Higher Education: towards a conceptual framework. **Policy Futures in Education**, Toronto, v. 1, n. 2, 2003, pp. 248-270.

RAMOS, Barbara Oliveira. **A cooperação internacional e os debates teóricos: Um estudo de caso sobre a atuação da agência norte americana para o desenvolvimento internacional (USAID) no Brasil.** Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais – Mestrado) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SAMPAIO, Helena Maria Sant'Ana. **O Setor Privado de Ensino Superior no Brasil.** Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1998.

SEBASTIÁN, Jesus. **Cooperación e internacionalización de las universidades.** Buenos Aires: Biblos, 2004.

SELBER, Gilberto Luiz Moraes. **Discurso de Abertura do I Seminário Nacional das Universidades Comunitárias.** Caxias do Sul: ABRUC, 1995.

SCHMIDT, João Pedro. **Instituições Comunitárias: Instituições públicas não-estatais.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

_____. **Instituições de Educação Superior sem Fins Lucrativos**. Informações do Censo da Educação Superior. 2011.

SGUISSARDI, Valdemar. **Modelos Institucionais de Educação Superior**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

SOARES, M. S. (Org.) **A Educação Superior no Brasil**. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002.

STALLMIERI, Luciane. **Estratégias de Internacionalização das universidades brasileiras**. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

_____. **O processo de internacionalização nas instituições de ensino superior**. UCS. [s/d] Disponível em: <www.ucs.br/ucs/tplCooperacaoCapa/cooperacao/assessoria/artigos>. Acesso em: 11 mai. 2013.

TRAMONTIN, Raulino; BRAGA, Ronald. **As Universidades Comunitárias: um modelo alternativo**. São Paulo: Loyola, 1988.

USP, Universidade de São Paulo. **Política de Internacionalização do Ensino e Pesquisa**. 2009. Disponível em: <www.usp.br/eef/arquivos/.../pol-internacionalizacao-eefe.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2012.

UCS, Universidade de Caxias do Sul. **Homepage oficial da instituição com informações gerais sobre**. Disponível em: <www.ucs.br>. Acesso em: set. 2013.

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Tendências da educação superior para o século XXI**. In: Conferência Mundial sobre o Ensino Superior. Paris: UNESCO/CRUB, 1998.

UNISINOS, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. **Homepage oficial da instituição com informações gerais sobre**. Disponível em: <www.unisinos.br>. Acesso em: set. 2013.

UNIVATES, Centro Universitário. **Homepage oficial da instituição com informações gerais sobre**. Disponível em: <www.univates.br>. Acesso em: set. 2013.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. Porto Alegre: Bookmann, 2010.

APÊNDICE A – Guia para a avaliação da cooperação internacional das universidades

| Guia para a avaliação da cooperação internacional das universidades | |
|--|--|
| Caracterização da instituição | <ul style="list-style-type: none"> *Nome; *Número e classificação dos docentes; *Número e classificação dos estudantes; *Orçamento anual; *Natureza; *Ano de criação |
| Caracterização da unidade de gestão da cooperação internacional | <ul style="list-style-type: none"> *Nome da unidade responsável pela gestão; *Dependência da unidade em relação à instituição; *Existência de outras unidades com competências na gestão e como se denominam; *Denominação do cargo responsável da unidade de gestão; *A quem está subordinado e a quem se dirige; *Número de pessoas que trabalham na unidade de gestão: titulação e perfil; *Funções que realiza frequentemente a unidade de gestão |
| Estratégias para a cooperação internacional | <ul style="list-style-type: none"> *Existência de um plano estratégico para a internacionalização e/ou para a cooperação internacional; *Existência de um comitê ad hoc para a política de cooperação internacional; *Existência de objetivos institucionais para a cooperação internacional, se sim, quais |
| Atividades de cooperação internacional | <ul style="list-style-type: none"> *Porcentagem de docentes envolvidos em alguma atividade de cooperação internacional nos últimos três anos; *Atividades mais frequentes; *Países com os quais mantém maior cooperação |
| Financiamento da cooperação internacional | <ul style="list-style-type: none"> *Existência de um orçamento específico para a cooperação internacional; *Existência de orçamento descentralizado voltado às atividades de cooperação internacional; *Gasto total em atividades de cooperação internacional no último ano: distribuição entre o orçamento próprio e finanças externas |
| Resultados da cooperação internacional | <ul style="list-style-type: none"> *Identificar os cinco principais impactos da cooperação internacional na instituição nos últimos três anos |
| Fragilidades e alterações | <ul style="list-style-type: none"> *Padronizar o modelo de cooperação da instituição; *Identificar as cinco principais dificuldades encontradas na gestão e no desenvolvimento da cooperação internacional; *Identificar as cinco alterações mais importantes a serem realizadas na instituição para melhorar a eficácia e eficiência da cooperação internacional |

Fonte: Adaptado de Sebastián (2004). Tradução livre.

APÊNDICE B – Associação de fomento a cooperação internacional

| Associações de fomento à cooperação internacional | Região de influência |
|--|--|
| 1 Organização das Universidades Interamericanas (OUI) | Continentes Americanos |
| 2 Associação Internacional de Universidades (IAU) | Instituições de 120 diferentes países |
| 3 Associação das Universidades e Faculdades do Canadá (AUCC) | Canadá |
| 4 Conselho Interuniversitário da África do Leste (SADCC) | África |
| 5 Organização Cultural, Científica e Educacional da Liga Árabe (ALECSO) | Estados Árabes |
| 6 Organização Islâmica para Educação, Ciência e Cultura de Universidades Árabes (ISESCO) | 52 Estados Árabes membros |
| 7 Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP) | Países de língua oficial portuguesa e Macau |
| 8 Associação de Universidades Africanas (AUA) | África |
| 9 Associação de Cooperação Acadêmica (ACA) | Europa |
| 10 Associação para o Desenvolvimento da Educação na África (ADEA) | África |
| 11 Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) | Ásia |
| 12 Rede Colombiana de Cooperação Internacional (RCI) | Colômbia |
| 13 Força -Tarefa Acadêmica (ATF) | Europa |
| 14 Associação de Universidades Parcialmente ou Inteiramente de Língua Francesa/Universidade Francesa de Redes de Expressão (AUPELF/UREF) | Países de língua francesa, reúnem 375 instituições |
| 15 Conselho Africano e Malgache para o Ensino Superior (CAMES) | África |
| 16 Conselho Superior Universitário Centroamericano (CSUCA) | América Central |
| 17 Comunidade de Universidades do Mediterrâneo (CUM) | Países do Mediterrâneo |
| 18 Associação Europeia de Educação Internacional (EAIE) | Europa |
| 19 EDUFRANCE | França |
| 20 Aliança Global para Educação Transnacional (GATE) | Global |
| 21 IDP Educativo Austrália | Austrália |
| 22 Processo de Revisão da Qualidade da Internacionalização (IQRP) | Global |
| 23 Instituto Internacional para Educação (IIE) | Estados Unidos da América |
| 24 Associação Norte-americana de Estudos Estrangeiros (NAFSA) | Estados Unidos da América |

| | | |
|----|--|---|
| 25 | Centro Interuniversitário de Desenvolvimento (CINDA) | Instituições de 14 países dentre Américas do Sul e Central e Europa |
| 26 | Grupo Coimbra | Europa |
| 27 | Serviço Alemão do Intercâmbio Acadêmico (DAAD) | Alemanha |
| 28 | Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento (IRD) | França |
| 29 | Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) | Japão |
| 30 | Agência de Cooperação Técnica (GTZ) | Alemanha |
| 31 | Associação Universitária Iberoamericana de Pós-graduação (AUIP) | Iberoamericana |
| 32 | Associação Internacional de Presidentes de Universidades (IAUP) | Global |
| 33 | Associação das Universidades da América Latina (AULA) | América Latina |
| 34 | Centro de Mobilidade Internacional (CIMO) | Finlândia |
| 35 | Centro Franco-brasileiro de Documentação Técnica e Científica (CENDOTEC) | França-Brasil |
| 36 | Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) | Brasil |
| 37 | Associação Europeia de Universidades de Ensino a Distância (EADTU) | Europa |
| 38 | Conselho Internacional para Educação Aberta e a Distância (ICDE) | Brasil |
| 39 | Instituto Universidade-empresa (UNIEMP) | Brasil |
| 40 | Organização das Nações Unidas (ONU) | Global |
| 41 | Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) | Global |
| 42 | Universidade das Nações Unidas (UNU) | Global |
| 43 | <i>Bureau</i> Internacional de Educação | UNESCO, Global |
| 44 | Agência Brasileira de Cooperação (ABC) | Brasil |
| 45 | Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (ACDI) | Canadá |

Fonte: Adaptado de Chermann (1999).

APÊNDICE C – Questionário aplicado às instituições para coleta de dados.

| Questionário | |
|--|--|
| 1 | Em que ano se deu a criação do departamento? |
| 2 | Como se dá o vínculo do departamento com a IES? A quem está subordinado e a que público se dirige? |
| 3 | Existe outro departamento/pessoas dentro da IES que atue nos interesses internacionais da Universidade? Se sim, qual (ais)? |
| 4 | Qual o número de pessoas que trabalham no departamento? |
| 5 | Em que ano a IES passou a integrar o Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (COMUNG)? |
| 6 | Qual o atual número de docentes na IES? Desses, qual o número de docentes estrangeiros que atuam nos cursos de graduação da IES? (para base de dados ano de |
| 7 | Qual o atual número de docentes na IES? Desses, qual o número de docentes estrangeiros estudando nos cursos de graduação da IES? (para base de dados ano de |
| 8 | Qual (ais) as funções dentro da IES que são atribuídas ao departamento? |
| 9 | Como você define <i>cooperação internacional</i> ? |
| 10 | Existe um plano estratégico para a internacionalização e/ou para a cooperação internacional dentro dos objetivos institucionais? Se sim, qual (ais)? |
| 11 | Existe um comitê ad hoc para a política de cooperação internacional dentro da IES? Se sim, qual (ais) as atividades propostas por este comitê? |
| 12 | Houve a participação de docentes da graduação em alguma atividade de cooperação internacional nos últimos 3 (três) anos? Se sim, qual a percentagem e em qual (ais) atividades estavam vinculados? |
| 13 | Qual a percentagem de docentes da graduação envolvidos em alguma atividade de cooperação internacional nos últimos 3 (três) anos? Qual (ais) foram essas atividades? |
| 14 | Qual (ais) as atividades desenvolvidas pelo departamento? |
| 15 | Com quais países a IES mantém acordos de cooperação internacional? Qual o número vigente de convênios internacionais? |
| 16 | Através desses convênios, qual (ais) atividades são efetivamente desenvolvidas a nível de graduação? Através de qual (ais) convênios? |
| 17 | Existe um orçamento (verba) da IES designado para as atividades de promoção à cooperação internacional? Se sim, especifique a finalidade e modalidade. |
| 18 | Faz-se utilização de algum outro tipo de orçamento ou financiamento externo voltado para a cooperação internacional? Se sim, qual (ais)? |
| 19 | Qual (ais) foram os 5 (cinco) principais resultados da cooperação internacional e interinstitucional na IES nos últimos 3 (três) anos? |
| 20 | Há objetivos específicos na IES voltados para a cooperação internacional? Se sim, qual (ais)? |
| 21 | De que forma a IES desenvolve as atividades de cooperação internacional? Existem fluxos, guias ou modelos de convênios pré-estabelecidos para a padronização do |
| 22 | No seu ponto de vista, a cooperação internacional da IES poderia ser mais eficiente? Se sim, em quais aspectos? |
| 23 | O que você identifica como entrave (s) à cooperação internacional na IES? |
| 24 | A cooperação internacional é utilizada em prol da internacionalização da IES? Se sim, como você identifica essa relação? |
| Fonte: Questionário elaborado pela autora. | |

APÊNDICE D – Resumo dos retornos obtidos na pesquisa de campo – questionário.

| Resumo dos retornos obtidos na pesquisa de campo - questionário | | | | | | | | |
|---|---|---|-------------------------------------|--|---|---|--|---|
| Instituição/data | 04 de setembro | 18 de setembro | 19 de setembro | 23 de setembro | 27 de setembro | 07 de outubro | 08 de outubro | 22 de outubro |
| Instituição A | Envio do questionário por e-mail após contato telefônico. | Reenvio de e-mail solicitando o retorno do questionário respondido. | Retorno do questionário respondido. | | | | | |
| Instituição B | Envio do questionário por e-mail após contato telefônico. | Reenvio de e-mail solicitando o retorno do questionário respondido. | | | Retorno parcial do questionário. Apenas das questões sobre as características da IES. | Reenvio de e-mail solicitando o retorno das demais questões. | | |
| Instituição C | Envio do questionário por e-mail após contato telefônico. | Reenvio de e-mail solicitando o retorno do questionário respondido. | | | | Reenvio de e-mail solicitando o retorno do questionário respondido. | Retorno de que se buscaria enviar o questionário respondido. | |
| Instituição D | Envio do questionário por e-mail após contato telefônico. | Reenvio de e-mail solicitando o retorno do questionário respondido. | | Retorno de confirmação do recebimento do questionário com estimativa de resposta para após dia 21/10/13. | | | | Retorno de que não seria possível o encaminhamento das respostas. |

Fonte: Elaborado pela autora.